

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

DANIEL GALLO PILGER

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA EFETIVAÇÃO DE PRESTAÇÕES  
PECUNIÁRIAS: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO CPC/2015**

CURITIBA

2019

DANIEL GALLO PILGER

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA EFETIVAÇÃO DE PRESTAÇÕES  
PECUNIÁRIAS: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO CPC/2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito - Habilitação em Direito das Relações Sociais - pela Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Junior.

CURITIBA

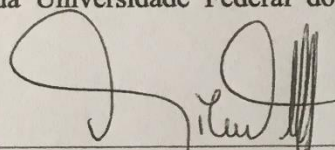
2019

## TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL GALLO PILGER

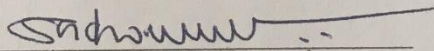
### **Medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

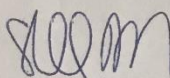


VICENTE DE PAULA ATAÍDE JR  
Orientador

Coorientador



SANDRO MARCELO KOZIKOSKI  
Primeiro Membro



WILLIAM SOARES PUGLIESE  
Segundo Membro



**Ministério da Educação e do Desporto**  
**Universidade Federal do Paraná**  
**FACULDADE DE DIREITO**

Ata da reunião da Comissão Julgadora da  
Monografia (Trabalho Final de Curso) do  
Acadêmico(a) **DANIEL GALLO  
PILGER**

Aos três dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 12:30 horas, nas dependências do Setor de Ciências Jurídicas, reuniu-se a Comissão Julgadora da Monografia apresentada pelo(a) Acadêmico(a) **DANIEL GALLO PILGER**, sobre o tema, "Medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias". A Comissão constituída pelos Senhores Professores, **VICENTE DE PAULA ATAÍDE JR** (Orientador), (Coorientador), **SANDRO MARCELO KOZIKOSKI** e **WILLIAM SOARES PUGLIESE**, atribuiu as seguintes notas respectivamente:

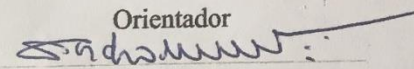
dg, dg, dg e \_\_\_\_\_; perfazendo a média igual a dg.

Obs.

Curitiba - PR, 03 de dezembro de 2019.

  
**VICENTE DE PAULA ATAÍDE JR**

Orientador

  
**SANDRO MARCELO KOZIKOSKI**

1º Membro

Coorientador

  
**WILLIAM SOARES PUGLIESE**

2º Membro

## AGRADECIMENTOS

Simbolizando este trabalho o fim de minha trajetória no curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, mostra-se imprescindível tecer algumas considerações e agradecimentos àqueles que, de alguma forma, participaram dessa caminhada.

Inicialmente, à minha mãe, Lisia, a quem ainda dedico esta conquista, por traduzir o verdadeiro significado de um amor eterno e incondicional, sem jamais medir esforços para a felicidade de seus filhos, apoiando-nos incansavelmente em todos os nossos melhores e piores momentos.

À minha irmã, Camilla, meu maior exemplo e fonte de admiração, com quem compartilhei diariamente o meu desenvolvimento e as experiências desta fase de minha vida, sendo a nossa relação um de meus maiores privilégios e motivo da mais infinita gratidão!

Ao restante de minha família, pelo amor inquestionável e pelos diversos momentos e aprendizados compartilhados. Meus mais sinceros agradecimentos!

À Universidade Federal do Paraná, representada por todos os professores e servidores, pelo carinhoso acolhimento e por todas as oportunidades ofertadas, sendo – direta ou indiretamente – responsável pelas mais significativas contribuições à minha formação pessoal, acadêmica e profissional, e ao meu orientador, Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Jr., por representar um dos maiores exemplos de comprometimento e seriedade do corpo docente da Faculdade de Direito, motivando-me para o estudo do direito processual civil e para a realização do presente trabalho.

À dra. Michela Vechi Saviato, verdadeiro exemplo de inspiração profissional, e a todos os demais colegas com quem tive o prazer de conviver durante o meu período de estágio na 9ª Vara Cível de Curitiba, com destaque à Giovana Shin-Ike e ao Nelson Pereira, pela amizade e por todas as conversas e inestimáveis ensinamentos!

Aos amigos e colegas que conheci em razão da Faculdade de Direito, pela imensurável satisfação de terem compartilhado comigo esta trajetória, fazendo-me ter a certeza de que eu não poderia ter escolhido melhor lugar para estar, com destaque aos amigos que fiz em razão da República Cantagalo, e, especialmente, aos meus companheiros desde o início de minha trajetória acadêmica, André Mello, Caio Bezerra, Guilherme Martelli, Gustavo Tondato, Hermínio Haggi, João Vitor Grycajuk, Luiz Prigol, Murilo Garbin e Victor Costa – cujas amizades e memórias carregarei para o restante de minha vida –, pelo convívio, pela confiança e por todas as conversas, risadas e experiências compartilhadas. Muito obrigado!

Ao Bruno Cunha Souza, sócio e irmão de longa data, pelos incessantes debates e aprendizados, por todas as experiências vividas desde o início de nossas trajetórias, e, acima de tudo, por representar o verdadeiro significado da palavra amizade. *Hasta la victoria!*

Ao José Ferraz, por quem nutro inestimável consideração e gratidão por todas as experiências e aprendizados – pessoais e profissionais – compartilhados no decorrer dos últimos anos, tendo contribuído significativamente para este momento. Muito obrigado!

*To all the friends I met in Germany and specially to those that constituted my family back there, making me feel like home by providing a real and indescribable friendship during one the most important moments of my life: Carlos Recarte, Jaime Hernandez and Javier Cuervo. Ein herzliches Dankeschön euch allen!*

Por fim, mas não menos importante, resta agradecer aos demais companheiros de Ponta Grossa, especialmente nas pessoas de João Havryluk, Rodrigo Arnt e Gabriel Borba, pela valorosa amizade e pelas inúmeras conversas e momentos compartilhados.

## **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar a adoção de medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias, considerando as inovações relativas aos poderes-deveres conferidos aos juízes brasileiros com base no art. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015). Com este amplo objetivo, inicia-se com um panorama histórico da execução civil, apontando-se alguns aspectos que influenciaram o desenvolvimento do modelo de processo civil contemporâneo. Em seguida, são indicados alguns dos principais conceitos e características referentes à tutela jurisdicional executiva, analisando-se as diferentes modalidades de execução civil e de medidas executivas previstas pela legislação processual. Posteriormente, investiga-se a constitucionalidade, a abrangência e a compatibilidade do art. 139, IV, do CPC/2015, com as demais disposições do ordenamento jurídico brasileiro. A partir da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial realizada, a última parte do trabalho examina critérios e diretrizes apontados pela doutrina e pela jurisprudência – com especial enfoque às decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – para a aplicação de medidas executivas atípicas nas execuções de prestações pecuniárias.

Palavras-chave: CPC/2015. Artigo 139, IV. Atipicidade. Medidas executivas. Prestações pecuniárias. Diretrizes.

## ABSTRACT

The present work seeks to analyze the adoption of atypical judicial executive measures to enforce monetary claims and sanctions considering the innovations related to the powers-duties granted to brazilian judges based on art. 139, IV, of the Civil Procedure Code of 2015 (CPC/2015). With this broad objective, it starts with a historical panorama of the civil enforcement, pointing out some of the aspects that influenced the development of the contemporary model of civil procedures. Later, it indicates some of the main concepts and characteristics related to the judicial enforcement, analyzing different modalities of enforcement procedures and enforcement measures provided by the civil procedure legislation. Thereafter, it investigates the constitutionality, the scope and the compatibility of art. 139, IV, of the CPC/2015 with the remaining provisions set in the brazilian legal system. Based on the results of the bibliographical and case law research, the last part of this work examines the criteria and the guidelines provided by the doctrine and the brazilian courts – with special focus on the decisions of the *Superior Tribunal de Justiça* (STJ) – in order to grant atypical executive measures to enforce monetary claims and sanctions.

Keywords: CPC/2015. Article 139, IV. Atypicality. Enforcement measures. Monetary claims and sanctions. Guidelines.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
art(s).	artigo(s)
CF/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CPC/1939	Código de Processo Civil de 1939
CPC/1973	Código de Processo Civil de 1973
CPC/2015	Código de Processo Civil de 2015
DJe	Diário da Justiça eletrônico
FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Cíveis
J. em	Julgado em
Min.	Ministro
n.p.	não paginado.
Rel.:	Relator:
STJ	Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 PANORAMA HISTÓRICO DA EXECUÇÃO CIVIL .....</b>	<b>13</b>
1.1 DO DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL AO MONOPÓLIO DO PODER ESTATAL .....	13
1.2 A JURISDIÇÃO NO ESTADO LIBERAL CLÁSSICO .....	17
1.3 OS PRIMÓRDIOS DA EXECUÇÃO CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO .....	19
1.4 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939 .....	20
1.5 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 .....	21
1.6 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	22
<b>2 ATIVIDADE JURISDICIONAL E TUTELA SATISFATIVA .....</b>	<b>24</b>
2.1 A INSUFICIÊNCIA DA TIPOLOGIA TRADICIONAL DOS PROVIMENTOS JURISDICIONAIS E O SINCRETISMO PROCESSUAL .....	24
2.2 EXECUÇÃO CIVIL E ATOS EXECUTIVOS.....	27
2.3 TÉCNICAS E MEDIDAS EXECUTIVAS .....	29
2.3.1 Tipicidade e atipicidade das medidas executivas .....	31
2.4 PANORAMA DOS PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS.....	32
2.4.1 Execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	32
2.4.2 Execução de prestação pecuniária .....	34
2.5 EXECUÇÃO CIVIL E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....	35
<b>3 O CPC/2015 E A SUPERAÇÃO DA ESTRITA TIPICIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS PARA EFETIVAÇÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS.....</b>	<b>38</b>
3.1 AS DIFERENTES REDAÇÕES DO ART. 139, IV, DO CPC, DURANTE O PROCESSO LEGISLATIVO .....	39
3.2 ART. 139, IV, DO CPC, E O PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	40
3.3 DA ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS.....	41
3.3.1 ADI 5941/2017 .....	42
3.4 PARAMETROS PARA A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA SATISFAÇÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS .....	42
3.4.1 Da natureza do título executivo que lastreia a exigibilidade da prestação .....	43
3.4.2 Da necessidade de requerimento da parte interessada.....	46
3.4.3 Da aplicação supletiva (ou subsidiária) das medidas executivas atípicas .....	48
3.4.4 Das medidas atípicas em espécie.....	50
3.5 MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS SOB A PERSPECTIVA DO STJ.....	53

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Em que pese o *status de* direitos e garantias fundamentais constitucionalmente asseguradas conferido à inafastabilidade da tutela jurisdicional e, mais recentemente, ao direito à duração razoável do processo (CF/1988, art. 5º, XXXV e LXXVIII), representa lugar-comum atualmente a afirmação de que a *Justiça*<sup>1</sup> brasileira não funciona. Com efeito, muito se fala acerca da *efetividade do processo*; sendo este o meio de exercício da atividade jurisdicional, resta inequívoco que somente “será efetivo o processo que constitua instrumento eficiente de realização do direito material”<sup>2</sup>. Tendo em vista ser a efetividade da prestação jurisdicional diretamente vinculada ao cumprimento das determinações judiciais<sup>3</sup>, grande parte dos problemas referentes à atividade jurisdicional encontra-se inserida no âmbito da execução civil.

Especificamente com relação às execuções de prestações pecuniárias – historicamente relacionadas a técnicas exclusivamente expropriatórias –, tem-se que, não raras vezes, os devedores se utilizam de subterfúgios para frustrarem a execução em curso<sup>4</sup>. Em meio a este cenário, exsurge o CPC/2015, responsável por profundas modificações na disciplina da tutela jurisdicional executiva, e o enunciado normativo constante de seu art. 139, IV, no qual parcela da doutrina vem depositando grandes esperanças<sup>5</sup>, uma vez que confere ineditamente aos magistrados a prerrogativa de adotar medidas executivas atípicas “para assegurar o cumprimento de ordem judicial, *inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*” (grifo nosso).

Com isto em vista, considerando que o CPC/2015 já se encontrava vigente há mais de três anos quando da investigação realizada pelo autor, este trabalho tem como escopo analisar a existência de eventuais parâmetros delineados pela doutrina e pela jurisprudência para a aplicação de medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias, tomando-

<sup>1</sup> Aqui entendida enquanto conjunto de órgãos estatais responsáveis pelo exercício da função jurisdicional (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 30. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 196).

<sup>2</sup> BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Por um processo socialmente efetivo. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 105, 2002, versão *online*, não paginado (n.p.).

<sup>3</sup> CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. **O princípio da eficiência no processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 73.

<sup>4</sup> SCARAMUZZO, Monica. Fotos de ostentação nas redes sociais ‘deduram’ devedores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 140, n. 48045, 11 nov. 2019. Economia e negócios, p. B1.

<sup>5</sup> “Se o epicentro da tragédia da Justiça era a execução, fazia-se necessária uma revolução na matéria. Essa revolução ainda pode brotar do art. 139, IV, do CPC/2015. Tudo vai depender do alcance e da interpretação que se lhe derem” (WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 651).

se em consideração os diferentes aspectos apontados pelas fontes analisadas. Para tanto, a presente obra se divide em três partes.

No primeiro capítulo, far-se-á uma breve digressão histórica, trazendo-se algumas considerações acerca da execução civil no antigo direito romano, no período medieval, no contexto do Estado liberal clássico e, por fim, no cenário brasileiro, considerando os antecedentes históricos à codificação processual vigente, com especial destaque ao exame de questões referentes à tipicidade dos meios executivos. Com isto, pretende-se analisar os fundamentos responsáveis pela formação da tutela jurisdicional executiva contemporânea.

Com o fito de traçar um panorama para a devida compreensão da disciplina processual executiva sob a égide do CPC/2015, o segundo capítulo abordará alguns conceitos e institutos fundamentais pertinentes à execução civil, considerando ainda as diversas modalidades de execução – e de medidas executivas – previstas pelo Código em comento e a necessidade de uma leitura harmoniosa de seus dispositivos.

Partindo-se das premissas teóricas fixadas nos dois primeiros capítulos, a derradeira parte desta obra tem como escopo investigar o cabimento das medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias. Para tanto, inicia-se com algumas observações referentes ao art. 139, IV, considerando a sua localização na Parte Geral do CPC/2015 e as discussões havidas durante o processo legislativo, bem como os argumentos comumente levantados por aqueles que questionam a sua constitucionalidade; em seguida, serão analisados quatro dos principais parâmetros apontados pela doutrina e pela jurisprudência para a aplicação de medidas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias, examinando-se os diferentes posicionamentos a eles pertinentes. Por fim, a última seção do terceiro capítulo pretende investigar a existência – e eventual caracterização – de parâmetros delineados exclusivamente pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a aplicação de tais medidas.

## 1 PANORAMA HISTÓRICO DA EXECUÇÃO CIVIL

Desde sua origem, os seres humanos se veem acompanhados da infinitude de suas necessidades e da escassez dos recursos (materiais e imateriais) necessários para satisfazê-las. Diante dos potenciais litígios que decorrem deste cenário, reconhece-se a *função ordenadora* do direito<sup>1</sup>. A mera existência de um conjunto de normas, contudo, mostra-se insuficiente para assegurar a observância dos respectivos preceitos. Nesse sentido, os mecanismos para eliminação dos conflitos podem ser classificados em três categorias: (a) autotutela; (b) autocomposição; e (c) heterocomposição<sup>2</sup>. Prevalece o entendimento de que a evolução desses mecanismos se deu em quatro etapas: inicialmente, fazia-se uso exclusivo da *autotutela*; em momento subsequente, surgiu a arbitragem facultativa; posteriormente, a arbitragem obrigatória; por fim, atribuiu-se a atividade jurisdicional ao Estado<sup>3</sup>.

Diante do exposto, o presente capítulo pretende traçar um breve panorama acerca dos principais sistemas que influenciaram o desenvolvimento da jurisdição civil brasileira executiva contemporânea. Inicialmente, será analisado o desenvolvimento da responsabilidade patrimonial e da execução civil nos âmbitos do direito romano e das tradições jurídicas medievais (seção 1.1); em seguida, serão apresentados os pressupostos referentes à execução civil no Estado liberal clássico (seção 1.2); por fim, analisar-se-ão o contexto brasileiro pós-colonial (seção 1.3) e as sistemáticas introduzidas pelos Códigos de Processo Civil de 1939 (seção 1.4) e de 1973 (seção 1.5), culminando no CPC/2015 (seção 1.6).

### 1.1 DO DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL AO MONOPÓLIO DO PODER ESTATAL

Quanto aos mecanismos heterocompositivos para tutela dos interesses privados, o direito romano conheceu dois sistemas distintos, a saber: (a) *ordo iudiciorum privatorum*; e (b) *cognitio extra ordinem*<sup>4</sup>, sendo ambos caracterizados por uma nítida distinção entre a tutela cognitiva e a tutela executiva.

O período referente à *ordo iudiciorum privatorum* pode ser caracterizado como um sistema de arbitragem obrigatória<sup>5</sup>, correspondendo a um “estágio intermediário entre a

<sup>1</sup> CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, 2014, p. 37.

<sup>2</sup> ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 20. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 80.

<sup>3</sup> CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, op. cit, p. 39-40.

<sup>4</sup> MOREIRA ALVES, José Carlos. **Direito romano**. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v.1, p. 184.

<sup>5</sup> Ibid.

autotutela e o monopólio estatal do poder de dirimir conflitos”; a execução era promovida pelo próprio credor, realizando o magistrado apenas um juízo prévio acerca de sua admissibilidade<sup>6</sup>.

Discorrendo acerca do direito de ação naquele contexto, leciona Moreira Alves:

No direito romano, a vinculação entre o direito subjetivo e a ação é ainda mais evidente do que no direito moderno. Hoje, temos um conceito genérico de ação; em Roma, elas eram típicas, isto é, a cada direito correspondia uma ação específica. [...] os romanos, ao contrário do que sucede com os modernos, encaravam os direitos antes pelo aspecto processual do que pelo lado material. Em virtude disso, é comum dizer-se que o direito romano era antes um sistema de ações do que um sistema de direitos subjetivos.<sup>7</sup>

Pautados pela oralidade, os procedimentos daquele período desenrolavam-se em duas fases. Na primeira delas (*in iure*), realizava-se um juízo de admissibilidade da ação perante o magistrado, culminando na nomeação do juiz popular (*iudex*), que julgaria a causa a partir dos parâmetros fixados; a segunda etapa (*apud iudicem*) abrangia a apreciação das provas e alegações, culminando na *sententia* (irrecorrível), encerrando-se a tutela cognitiva<sup>8</sup>.

Ao menos inicialmente, não havia nítida distinção entre o corpo e o patrimônio dos indivíduos: não se verificando o pagamento voluntário do débito, conferia-se ao credor a proposição de uma nova ação (*actio per manus injectio*); constatando-se o respectivo inadimplemento, o credor estava autorizado a aprisionar, escravizar, ou mesmo assassinar o devedor<sup>9</sup>. Com o advento da *Lex Poetalia* (428 ou 326 a.C.), houve a edição de várias normas atenuando o sistema então vigente, extinguindo-se o *nexum*<sup>10</sup>, proibindo-se a morte e o acorrentamento do devedor e institucionalizando-se a satisfação do crédito mediante prestação de serviços forçados<sup>11</sup>.

O sistema referente ao processo extraordinário (*cognitio extraordinaria* ou *cognitio extra ordinem*), vigente durante o período *pós-clássico*, caracterizou-se pela publicização do processo e pela supressão do procedimento bifásico. O processo se desenrolava integralmente perante um magistrado, também responsável pela tutela executiva subsequente<sup>12</sup>.

<sup>6</sup> DINAMARCO, C.R. **Execução Civil**. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 43-44.

<sup>7</sup> MOREIRA ALVES, 2002, p. 182.

<sup>8</sup> Ibid., p. 193-195.

<sup>9</sup> Ibid., p. 202-203; DINAMARCO, op. cit., p. 33-36.

<sup>10</sup> “No Direito romano, não se falava em ‘obrigação’. O seu correspondente histórico era o *nexum* (espécie de empréstimo), que conferia ao credor o poder de exigir do devedor o cumprimento de determinada prestação, sob pena de responder com o próprio corpo” (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil**: execução. 9 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v.5, p. 71).

<sup>11</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 46.

<sup>12</sup> MOREIRA ALVES, op. cit., p. 242-243.

A respeito do caráter jurisdicional das atividades desempenhadas pelos *iudex* e magistrados romanos:

Roma não conheceu o princípio da separação dos Poderes do Estado [...]. Todo magistrado judiciário estava investido do poder denominado *iurisdictio* (jurisdição). [...]. No direito romano, o conceito de *iurisdictio* é muito controvertido, e constitui um problema até hoje não resolvido satisfatoriamente. [...]. A palavra *iurisdictio* deriva de *ius dicere*, que significa dizer o direito, isto é, declarar, com relação a um caso concreto e com efeito vinculante para as partes, a vontade da norma jurídica. Ocorre, no entanto, que esse significado somente se ajusta ao processo extraordinário (*cognitio extraordinaria*), em que o magistrado – como ocorre atualmente – não apenas conhece do litígio, como também o decide na sentença, onde declara a vontade da lei. [...]. A opinião mais aceita é a de que a *iurisdictio* é o poder de declarar o direito aplicável (mas, não, em princípio, o de julgar) e de organizar o processo civil.<sup>13</sup>

Para além do direito de ação (*actio*), existiam ainda os interditos – remédios processuais conferidos ao *praetor* para, excepcionalmente, em razão de seu *imperium*, considerando a natureza dos interesses *sub iudice*, expedir ordens de eficácia imediata<sup>14</sup>. Considerando o caráter provisório dessas medidas – expedidas mediante cognição sumária –, prevalece o entendimento de que elas constituem providência de naturezas administrativa e cautelar<sup>15</sup>.

A derrocada do Império Romano, após um período de graves crises e invasões, não implicou na renúncia total e imediata do direito romano. Gradativamente, verificou-se a miscigenação entre as diferentes sociedades; dessa intersecção, buscou-se “aproveitar o que havia de melhor em cada um dos antigos sistemas”<sup>16</sup>, contribuindo para o desenvolvimento da *família romano-germânica do direito*.

O direito dos povos germânicos era caracterizado por valores individualistas, com diminuta participação do poder público, prevalecendo a *autotutela* como forma de resolução dos conflitos; o inadimplemento era tido como ofensa ao credor, possibilitando-se a este promover diretamente a tutela de seus interesses. Sobre o tema, leciona Vicente Greco Filho:

No direito que dominou a Europa após a queda de Roma do Ocidente, [...], os meios executivos eram violentos e de coação real e psicológica sobre o devedor, inexistindo distinção entre responsabilidade civil e penal e entre cognição e execução. Não eram conhecidos, também, meios de conversão de bens em dinheiro. Ao credor cabia a disposição da pessoa do devedor, cabendo à Assembleia, apenas, a decisão da admissibilidade da execução em curso, sem se pronunciar previamente sobre sua legitimidade. No período, a execução voltava a ser sempre universal.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> MOREIRA ALVES, 2002, p. 186.

<sup>14</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 52. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019, v. III, p. 8.

<sup>15</sup> OLIVEIRA NETO, Olavo de. **O poder geral de coerção**. São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 41-44.

<sup>16</sup> Ibid., p. 50-51.

<sup>17</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 12. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1997. v.3, p. 11.



Por volta dos anos 1000, em meio ao florescimento do comércio, instaurou-se uma nova ordem político-social, marcada pelo surgimento das comunas e o estabelecimento das populações urbanas, demandando o desenvolvimento de uma nova ordem jurídica. Naquele contexto, ressurgiram os estudos romanistas nas universidades, vindo a influenciar profundamente o direito na Idade Média (*direito intermediário*)<sup>18</sup>. Diante da necessidade de conferir maior celeridade à satisfação de alguns tipos de créditos, as legislações estatutárias de diferentes cidades equipararam, para fins executivos, os instrumentos de dívida lavrados perante os tabeliões (*instrumenta guarentigiata*) às sentenças; remanesceu, contudo, a distinção pertinente à amplitude das defesas arguíveis pelo executado, a depender da natureza do título<sup>19</sup>.

O *direito intermediário* incorporou a exigência de uma prévia declaração do direito para instauração da execução, atribuindo ao Poder Público a realização dos atos executivos e a invasão da esfera patrimonial do devedor (*executio parata*). Ademais, instituiu a execução *per officium iudicis*, realizando-se os atos executivos no âmbito da mesma relação processual mediante requerimento da parte, sendo a *actio iudicati* – destinada à instauração de processo autônomo de execução – relegada a situações excepcionais<sup>20</sup>. A doutrina e os institutos jurídicos do período se disseminaram por toda a Europa continental, influenciando, de diferentes formas, o desenvolvimento dos ordenamentos jurídicos daqueles continente<sup>21</sup>.

Tradicionalmente vinculado às tendências das universidades italianas, Portugal recebeu grande influxo daquelas novidades, as quais influenciaram a edição das Ordenações Afonsinas (séc. XV), Manoelinas (séc. XVI) e Filipinas (séc. XVII)<sup>22</sup>. No direito português, a *actio iudicati*, enquanto processo autônomo de execução, era destinada a créditos de natureza especial (fiscais, referentes a foros enfiteuticos etc.). Enquanto regra geral, as Ordenações previam execução *per officium iudicis*. Os instrumentos extrajudiciais não dispunham de uma execução aparelhada; serviam, contudo, como fundamento para proposição de uma ação sumária especial (*assinção de dez dias*), sendo executada a sentença dela decorrente pelas vias ordinárias<sup>23</sup>.

O Livro III das Ordenações Filipinas (*Da ordem do Juízo nos feitos cíveis*) dispunha de diversas regras pertinentes à prisão do devedor – medida que, antes do *Código Napoleón*,

<sup>18</sup> DINAMARCO, 2002, p. 58-59;

<sup>19</sup> LIEBMAN, Enrico Tullio. **Processo de execução**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 11-12.

<sup>20</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 59-61.

<sup>21</sup> LIEBMAN, op. cit., p. 13.

<sup>22</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 66-68.

<sup>23</sup> LIEBMAN, op.cit., p. 13.

constituía “a forma mais comum e natural de forçar o cumprimento de uma prestação não adimplida nos ordenamentos dos diversos países”<sup>24</sup>.

## 1.2 A JURISDIÇÃO NO ESTADO LIBERAL CLÁSSICO

O Estado liberal clássico, no contexto subsequente à Revolução Francesa, “foi caracterizado por uma acentuada restrição no tocante à sua intervenção na esfera jurídica dos particulares”, em consonância ao objetivo primordial de garantir a liberdade dos indivíduo em face do Estado, conferindo tratamento igualitário (em sentido formal) aos sujeitos privados, “independentemente de sua posição social”. Diante deste cenário, o princípio da legalidade é erigido “como fundamento supremo” do sistema, uma vez que reflete a generalidade e abstração das normas jurídicas, emanadas da “vontade geral” dos representantes do povo<sup>25</sup>.

Tais premissas influíram profundamente no papel do “Estado-Juiz”. A esse contexto, atribui-se a origem de classificação trinária das sentenças (*declaratórias lato sensu*). Entendia-se que o juiz deveria “apenas declarar o texto da lei”, atuando apenas no plano normativo, objetivando “afirmar a vontade da lei e a autoridade do Estado-legislador”. Não por outro motivo, atribuiu-se ao Poder Executivo a tarefa de executar as decisões judiciais<sup>26</sup>. Diante do cenário apontado, incorporou-se àquele sistema a ideia de intangibilidade – e incoerbilidade – da vontade humana, refletindo-se no art. 1.142 do Código Napoleão, impossibilitando a adoção, pelo juiz, de quaisquer outras medidas aptas a assegurar a tutela específica das obrigações<sup>27</sup>. Com isso, as perdas e danos assumem a função de “igualizar” os diferentes bens e necessidades, garantindo a “neutralidade” do juiz<sup>28</sup>.

Ao analisar os sistemas jurídicos dos países da Europa continental, Ovídio Baptista assinala o caráter privatístico da jurisdição – enquanto “função estatal destinada a tratar de interesses privados” – e a distinção radical entre direito público e direito privado, o que justifica, em grande medida, “a resistência [histórica] à outorga de poderes de *imperium* ao juiz”<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 210.

<sup>25</sup> BORGES, Marcus Vinícius Motter. **Medidas executivas atípicas nas execuções pecuniárias**: parâmetros para a aplicação do art. 139, IV do CPC/2015. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 43-44.

<sup>26</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Técnica processual e tutela dos direitos**. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 36-37.

<sup>27</sup> Ibid., p. 38-39.

<sup>28</sup> Ibid., p. 52

<sup>29</sup> SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Curso de processo civil**: execução obrigacional, execução real, ações mandamentais. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v.2, p. 337-339.

Ao contrário das sentenças declaratórias (*stricto sensu*) e constitutivas, cuja efetividade se dá integralmente no plano normativo, a efetividade da sentença condenatória está condicionada à adoção de providências executivas. A respeito do tema:

Diante da sentença condenatória, não é difícil perceber como o direito liberal limitou os poderes do Judiciário. [...]. A tutela integral do direito somente seria obtida por meio da sentença condenatória no caso de adimplemento espontâneo. Fora daí, a tutela do direito dependeria da propositura da ação de execução, oportunizada ao vencedor pela sentença. Se a sentença condenatória é ligada aos meios executivos tipificados na lei, elimina-se a possibilidade de o juiz trabalhar com qualquer outro meio de execução, controlando-se, dessa forma, a sua possibilidade de arbítrio. Na mesma direção, deixando-se claro que a esfera jurídica do réu, no caso de condenação, não pode ser invadida por meio executivo não previsto na lei, garante-se a liberdade ou a segurança psicológica do cidadão. [...]. Essa necessidade de segurança ou de garantia de liberdade é que levou a doutrina que formou a classificação trínária a estabelecer a chamada correlação necessária entre a condenação e a execução e a fixar o princípio da tipicidade dos meios de execução<sup>30</sup>.

A partir dos fundamentos expostos, denota-se a consagração do *princípio da tipicidade dos meios executivos* naquele período. Das preocupações com a segurança jurídica e a liberdade dos cidadãos decorrem a vedação às tutelas fundadas em cognição sumária (verossimilhança) e o estabelecimento do princípio da *nulla executio sine titulo* –imprescindibilidade de uma sentença condenatória para instauração da tutela jurisdicional executiva<sup>31</sup>.

Insta salientar, ademais, a diferente evolução histórica da tutela jurisdicional no *civil law* no *common law*, a qual exerceu profunda influência na formação dos sistemas jurídicos contemporâneos. Na Inglaterra, a ideia de supremacia do Parlamento, “sublinhada pela Revolução Inglesa de 1688”, não objetivou “desconsiderar o passado e destruir o direito já existente”, tendo os juízes atuado conjuntamente com o Parlamento e o povo em face do absolutismo monárquico – o que justifica, em grande medida, a ausência de mecanismos de anulação dos poderes dos juízes<sup>32</sup>. A respeito dos valores positivistas e da superação histórica do jusnaturalismo naquele período, assevera Luiz Guilherme Marinoni:

Assim, enquanto no *civil law* o declínio do jusnaturalismo racionalista deu origem à era da Codificação, no *common law* observou-se o surgimento da ideia de criação judicial do direito. [...]. Note-se que isso não apenas demonstra que o *common law* confiou e apostou no judiciário, enquanto o *civil law* escravizou os juízes ao Parlamento, mas também que a superação do jusnaturalismo racionalista pelo positivismo teve efeitos completamente diversos nos dois sistemas, tendo colaborado – certamente que em termos essencialmente teóricos – para a formação das

<sup>30</sup> MARINONI, 2018, p. 40.

<sup>31</sup> Ibid., p. 43-44

<sup>32</sup> MARINONI, L.G. **Precedentes obrigatórios**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 46-48.

concepções antagônicas de *juge bouche de la loi* (juiz boca da lei) e de *judge make law* (juiz legislador)<sup>33</sup>.

Conforme se verá no decorrer deste trabalho, tais características do sistema de *civil law* influenciaram profundamente a formatação da tutela jurisdicional executiva contemporânea, justificando (em certa medida) a resistência que ora se observa no que tange à adoção de medidas executivas atípicas para a tutela dos direitos – especialmente no âmbito de efetivação de prestações pecuniárias.

### 1.3 OS PRIMÓRDIOS DA EXECUÇÃO CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO

Findo o período colonial, o recém constituído *Império do Brasil* continuou a ser regido – ao menos parcialmente – pela legislação portuguesa<sup>34</sup>. Especificamente com relação à derrogação do Livro III das Ordenações Filipinas, destacam-se dois momentos: as expedições do Regulamento 737 (1850), disciplinando o direito processual em matéria comercial, e do Decreto 763 (1890), estendendo aquelas disposições ao processo civil em geral<sup>35</sup>.

O referido Regulamento disciplinava duas espécies de execução: (a) a *expropriativa*, referente às obrigações de pagar quantia; e (b) a *das sentenças sobre ação real ou coisa certa ou em espécie*. Destacam-se, ademais, as disciplinas referentes à *assignação de dez dias* – “procedimento sumário de natureza cognitiva” destinado à satisfação de alguns créditos” – e à *ação executiva* (arts. 308-319), fundada em títulos extrajudiciais<sup>36</sup>. Quanto aos mecanismos coercitivos, previa-se a prisão civil nas ações de depósito (art. 269) e nos casos de fraude à execução (art. 574); para as demais espécies de obrigações, tinha-se a “detenção pessoal”, aplicável às hipóteses dispostas nos arts. 343 e 344<sup>37</sup>.

No decorrer do século XX, diversos outros diplomas legislativo passaram a disciplinar a execução civil. Sem quaisquer reformas substanciais, os diversos Códigos estaduais se limitaram a modificações pontuais daquela sistemática. Em momento subsequente, “[s]obreveio então uma nova e significativa fase” na qual “voltou a ser ditada constitucionalmente a unidade legislativa em matéria processual”<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> MARINONI, 2013, p. 49.

<sup>34</sup> “A conquista da independência política não levou o Brasil a rejeitar em bloco a legislação lusitana, cuja continuidade foi assegurada pelo decreto de 20 de outubro de 1823 em tudo que não contrariasse a soberania nacional e o regime brasileiro” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 127).

<sup>35</sup> DINAMARCO, 2002, p. 74.

<sup>36</sup> Ibid., p. 76-77.

<sup>37</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 212-213.

<sup>38</sup> DINAMARCO, op. cit., p. 78-79.

## 1.4 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939

Para Cândido Dinamarco, as reformas introduzidas pelo CPC/1939 decorreram de “duas ordens de influências”, quais sejam, a evolução científica do direito processual europeu – da qual decorrem a relevância atribuída ao princípio da *oralidade*, a simplificação procedimental e a “intensa preocupação em *publicizar* o processo” – e a *ordem política interna* (contexto ditatorial do Estado-Novo), refletindo-se na “compreensão da autoridade do juiz *supra partes* na relação processual”<sup>39</sup>.

O CPC/1939 dispunha de dois mecanismos para instauração do processo executivo: (a) a *ação executória*, destinada à execução de sentenças; e (b) a *ação executiva* – via extraordinária para satisfação de categorias especiais de créditos. A distinção entre essas ações decorria do “grau de dependência da situação real de direito material” – as *ações executórias* se fundavam em títulos judiciais (eficácia abstrata), ao passo que as *ações executivas* estavam condicionadas à verificação de pressupostos materiais referentes à origem do crédito exequendo<sup>40</sup>.

As prestações pecuniárias eram executadas mediante adjudicação e arrematação de bens do devedor; para os créditos alimentares, previam-se ainda o desconto em folha (art. 919) e a prisão do devedor (art. 920). Nas execuções para entrega de coisa, procedia-se ao desapossamento do bem; não sendo possível a execução específica, realizava-se a conversão pelo equivalente pecuniário (CPC/1939, arts. 992-994). Quanto às obrigações de fazer e não fazer, conferia-se ao credor a execução específica da obrigação através de um terceiro (CPC/1939, arts. 998-1.004); em sendo infungível a obrigação, possibilitava-se a coerção “sob cominação pecuniária, que não exceda o valor da prestação” (CPC/1939, art. 1.005). Por fim, restava apenas a sua conversão em perdas e danos.

Para além das medidas acima indicadas, Borges destaca “dois traços de atipicidade” observados no CPC/1939<sup>41</sup>. O primeiro deles consta do art. 303<sup>42</sup>, pertinente à *ação cominatória para prestação de fato ou abstenção de ato*; a doutrina, contudo, aponta para uma interpretação restritiva atribuída ao dispositivo. O segundo diz respeito às tutelas cautelares, possibilitando aos magistrados “*determinar providências para acautelar o interesse das partes*” (art. 675).

<sup>39</sup> DINAMARCO, 2002, p. 80-81.

<sup>40</sup> LIEBMAN, 1980, p. 23-28.

<sup>41</sup> BORGES, 2019, p. 53-54.

<sup>42</sup> “Art. 303. O autor, na petição inicial, pedirá a citação do réu para prestar o fato ou abster-se do ato, sob a pena contratual, *ou a pedida pelo autor*, si nenhuma tiver sido convencionada”.

## 1.5 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

Após intensos debates legislativos, o Anteprojeto de que se encarregou Alfredo Buzaid, culminou no CPC/1973 (Lei 5.869/1973). Uma das principais inovações apontadas pela Exposição de Motivos dizia respeito à unidade do processo de execução, reduzindo as distinções entre os procedimentos lastreados em títulos judiciais e extrajudiciais.

A respeito da “arquitetura legislativa” do CPC/1973, vale destacar a crítica apresentada por Araken de Assis. Refletindo as pretensões de neutralidade e autonomia do processo em face do direito material, o diploma legislativo em questão impôs uma “artificial” (e insatisfatória) “divisão tricotômica dos processos”, limitando as funções *cognitiva*, *executiva* e *cautelar* desempenhadas pela jurisdição às estruturas dos processos de conhecimento, de execução e cautelar<sup>43</sup>, respectivamente.

Em sua redação original, o CPC/1973 manteve a disciplina das execuções para entrega de coisa; nas execuções de obrigações de fazer, o Código previa expressamente a possibilidade de “*pena pecuniária por dia de atraso no cumprimento*” (art. 644), não mais limitada ao valor da obrigação. Quanto às prestações pecuniárias, previam-se meios expropriatórios típicos e, para os créditos alimentares, adicionalmente, o desconto em folha (art. 734) e a prisão civil do devedor (art. 733). Naquele momento, os únicos traços de atipicidade diziam respeito aos processos cautelares (art. 798), conferindo-se aos magistrados um inequívoco *poder geral de cautela*, harmonizando a adoção de providências típicas e atípicas<sup>44</sup>.

O CPC/1973 se encontra inserido na fase *instrumentalista*<sup>45</sup> do processo civil. Com a percepção de que a tutela específica se mostrava necessária para a efetiva tutela de direitos, importantes avanços foram observados, dentre outros, no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 213) e no Código de Defesa do Consumidor (art. 84). Em momento subsequente, sobrevieram as reformas legislativas de 1994 (Lei 8.952) e de 2002 (Lei 10.444), consagrando o *princípio da tutela específica das obrigações*<sup>46</sup> na disciplina do CPC/1973.

---

<sup>43</sup> ASSIS, 2018, p. 84-85

<sup>44</sup> BORGES, 2019, p. 56-57.

<sup>45</sup> “A história do direito processual inclui *três fases metodológicas* fundamentais. Até meados do século passado o processo era considerado simples meio de exercício dos direitos [...]. Foi o longo período de *sincretismo*, [...]. A segunda fase foi *autonomista*, ou *conceitual*, marcada pelas grandes construções científicas do direito processual. [...]. A afirmação da autonomia científica do direito processual foi uma grande preocupação desse período, em que as grandes estruturas do sistema foram traçadas e os conceitos foram largamente discutidos e amadurecidos [...]. A fase *instrumentalista*, ora em curso, é eminentemente crítica. [...]. É preciso agora deslocar o ponto de vista e passar a ver o processo de um *ângulo externo*, isto é, examiná-lo nos seus resultados práticos” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 62-63).

<sup>46</sup> DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA, OLIVEIRA, 2019, p. 76-77.

Consoante às lições de Theodoro Júnior<sup>47</sup>, a partir das referidas reformas, a “indesejável dualidade de processos” foi abolida de nosso ordenamento jurídico. Com a Lei 8.952/1994, promoveram-se as reformas do art. 273 – implantando “verdadeira revolução, consubstanciada na *antecipação de tutela*” – e do art. 461, pertinente à *tutela específica* das obrigações de fazer e não fazer, inserindo o cumprimento da sentença no âmbito da mesma relação processual; em 2002, a Lei 10.444, introduziu-se ao ordenamento o art. 461-A, estendendo a *tutela específica* às obrigações de entregar coisa; por fim, a Lei 11.232/2005 dispôs acerca da fase de cumprimento de sentença referente às obrigações de pagar quantia certa (arts. 475-I e ss.) e medida de coerção pecuniária para o cumprimento da obrigação (art. 475-J).

Em 2006, a Lei 11.382 introduziu a possibilidade de averbação premonitória referente às execuções de pagar (art. 615-A), a modalidade de alienação por iniciativa particular (art. 647, III), a fixação de honorários quando da instauração da execução de títulos extrajudiciais (art. 652-A) e a penhora eletrônica de ativos financeiros (art. 655-A). No cotidiano forense, contudo, observou-se que “a reforma executiva não logrou os resultados esperados”, permanecendo a execução pecuniária como “gargalo do processo civil”<sup>48</sup>.

Em que pesem os diversos avanços apontados, tem-se que a superação do dogma da tipicidade dos meios executivos encontra maior resistência no âmbito das prestações pecuniárias. A estas, conferiam-se tão somente os meios sub-rogatórios expropriativos e, mais recentemente, medidas pecuniárias coercitivas e indutivas (art. 475-J e 652-A, par. ú., respectivamente).

## 1.6 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Apresentado em 08/06/2010 ao Senado Federal, o Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil – convertido no PLS 166/2010 –, após amplos e intensos debates, culminou na Lei 13.105/2015, vigente desde 18/03/2016<sup>49</sup>. Dentre os objetivos apontados na Exposição de Motivos do projeto, podem-se destacar os esforços para conferir efetividade aos processos, um “maior grau de organicidade ao sistema” e a simplificação procedimental.

O novo Código alterou significativamente a distribuição topográfica das matérias nele constantes, dispondo de uma Parte Geral, uma Parte Especial (Livro I – *Do processo de*

<sup>47</sup> THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 11-12.

<sup>48</sup> BORGES, 2019, p. 61.

<sup>49</sup> THEODORO JÚNIOR, H.; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – Fundamentos e sistematização**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 38-41.

*conhecimento e do cumprimento de sentença; Livro II – Do processo de execução; Livro III – Dos processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais), e um Livro Complementar (Das disposições finais e transitórias).*

Por ora, importa destacar que o CPC/2015 manteve as tendências observadas nas reformas legislativas do CPC/1973 referentes ao sincretismo processual – concentração das tutelas cognitivas, executivas e cautelares em uma mesma relação processual. As inovações pertinentes à tutela executiva e, mais especificamente, ao enunciado constante do art. 139, IV, serão objeto de estudo nos capítulos subsequentes deste trabalho.



## 2 ATIVIDADE JURISDICIONAL E TUTELA SATISFATIVA

A partir do panorama exposto anteriormente, denota-se a inequívoca evolução das funções desempenhadas pelo processo civil no decorrer de sua história. Inicialmente destinado à superação de um sistema pautado eminentemente pela *autotutela*, percorreu um longo trajeto desde então, modificando-se profundamente em razão das diferentes concepções e finalidades que lhe foram atribuídas por seus operadores.

Com isto em mente, passa-se agora à análise de algumas das principais características referentes à prestação da tutela jurisdicional contemporânea, considerando a “crise” do processo civil clássico diante das novas demandas sociais e a sistemática do CPC/2015 em face desta realidade.

### 2.1 A INSUFICIÊNCIA DA TIPOLOGIA TRADICIONAL DOS PROVIMENTOS JURISDICIONAIS E O SINCRETISMO PROCESSUAL

Conforme apontado anteriormente (seção 1.3, *supra*), o ordenamento instituído no contexto do Estado liberal clássico limitou significativamente os poderes conferidos ao Poder Judiciário. Deste cenário emergiram a rígida distinção entre as tutelas cognitiva e executiva, bem como a impossibilidade de execução específica das obrigações. Na segunda metade do século XIX, surge na Itália a chamada *escola sistemática (histórico-dogmática)* – caracterizada pela “publicização” do processo e pela pretensão de conferir “dignidade científica” ao direito processual, afirmando a sua autonomia perante o direito material<sup>1</sup> - à qual atribui-se o surgimento da tradicional *classificação trinária* das sentenças (declaratórias *lato sensu*), espelhada na ideologia dos valores da época<sup>2</sup>, tendo exercido profunda influência no desenvolvimento da ciência processual civil brasileira.

Tradicionalmente, a sentença declaratória se presta àquele “que necessita obter, como bem jurídico, a *certeza* a respeito da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma situação jurídica”; a sentença constitutiva, para além de declarar, é apta a “criar, modificar ou extinguir uma situação jurídica”, sendo ambas tidas como autossuficientes, dispensando atos ulteriores para sua efetivação<sup>3</sup>. A sentença condenatória, por sua vez, caracteriza-se pela *sanção executiva*, uma vez que, para além de declarar o direito alegado pelo demandante, *condena o*

---

<sup>1</sup> MARINONI, 2018, p. 47-48.

<sup>2</sup> MARINONI, L.G.; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 4 ed. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. v.2, p. 468

<sup>3</sup> Ibid., p. 477-479.

réu ao cumprimento da prestação inadimplida, dispondo o credor da tutela executiva para efetivação do direito nela declarado. A respeito do tema, veja-se o posicionamento de Liebman:

A execução consiste na realização de certas medidas que em conjunto representam a sanção para a falta de observância do direito material. Mas os órgãos incumbidos desta atividade só a podem exercer quando houver uma regra jurídica (regra sancionatória) que assim o determine. [...]. Desse modo, a sentença condenatória tem duplo conteúdo e dupla função: em primeiro lugar, declara o direito existente [...]; em segundo lugar, faz vigorar para o caso concreto as forças coativas latentes da ordem jurídica, mediante aplicação da sanção adequada ao caso examinado – e nisto reside a sua função específica, que a diferencia das outras sentenças (função sancionadora). Este segundo elemento, a formulação expressa ou implícita da regra sancionadora concreta, é propriamente a novidade produzida pela sentença condenatória. Novidade necessária, porque é ela que torna possível a atividade dos órgãos judiciais para satisfazer coativamente o direito do credor<sup>4</sup>.

A sentença condenatória foi concebida com caráter repressivo, sendo “incapaz de evitar o ilícito ou o dano”. Com isso em vista, parcela da doutrina se referiu à “natureza preventiva” da sentença declaratória – uma vez que admitida em momento anterior à efetiva ocorrência da violação –, sem olvidar, todavia, a ausência de mecanismos aptos a assegurar a efetividade dessa função<sup>5</sup>. Considerando as insuficiências daquele sistema, a ação cautelar inominada passou a ser utilizada – não apenas no Brasil, mas em diversos outros países – como “*válvula de escape* para a efetividade da tutela dos direitos”, desvirtuando-se a sua natureza *instrumental* em favor de uma tutela preventiva satisfativa. Esta prática “*significou um fenômeno de democratização do processo*”, considerando as necessidades do direito material<sup>6</sup>.

Para além da tipologia tradicional, importa destacar a *classificação quinária* das sentenças, desenvolvida por Pontes de Miranda. Considerando a eficácia preponderante da sentença que reconhece a procedência do direito que se afirma em juízo, adicionam-se à primeira duas novas categorias. As sentenças *mandamentais* seriam caracterizadas pela *ordem* imposta ao demandado para atendimento de um determinado comportamento, dispondo de medidas coercitivas para tanto; as sentenças executivas *lato sensu*, por sua vez, importariam na transferência de um determinado bem para a esfera jurídica do credor através da alteração da “linha discriminativa das esferas jurídicas”, possibilitando a utilização de medidas executivas sub-rogatórias. Ambas as sentenças possibilitariam a adoção de providências executivas no âmbito da mesma relação processual, requisitadas de ofício pelo magistrado<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> LIEBMAN, 1980, p. 17-19.

<sup>5</sup> MARINONI, 2018, p. 61-62.

<sup>6</sup> Ibid., p. 74-76.

<sup>7</sup> PIMENTEL, Alexandre Freire. Capítulo I: Análise histórica da teoria quinária e a alteração da preponderância eficaz-condenatória ante a superveniência do sincretismo processual. In: COSTA, Eduardo José da Fonseca; MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (Coord.). **Teoria quinária da ação:**

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero aderem à tipologia *quinária*, partindo, todavia, de premissas distintas. Para estes autores, as sentenças “devem ser classificadas a partir de critérios processuais, e não de direito material”. Dessa forma, “a distinção entre as sentenças condenatória, mandamental e executiva toma em conta os meios de execução e princípios que se ligam a cada uma delas”. A partir dessa concepção, a sentença condenatória “objetiva a tutela prestada através do pagamento de quantia certa”, vinculando-se “a uma única forma de execução direta – a execução por expropriação – expressamente tipificada pelo legislador”; a sentença mandamental visa “tutelar o direito do autor forçando o réu a adimplir a ordem do juiz”, coagindo o segundo a cumpri-la; a sentença executiva, por sua vez, é efetivada “através dos meios de execução direta adequados à tutela específica do direito e ao caso concreto”<sup>8</sup>.

De qualquer modo, verificou-se a gradativa atenuação das distinções entre esses tipos de provimentos. Ainda sob a égide do CPC/1973, parcela da doutrina e da jurisprudência vinha admitindo a executividade de sentenças declaratórias que reconhecessem a existência de obrigação exigível<sup>9</sup>. Com as reformas legislativas das últimas décadas (seção 1.5, *supra*), possibilitou-se a execução das diferentes espécies de obrigações, bem como a concessão de tutelas antecipatórias e cautelares, no âmbito de uma mesma relação processual.

Independentemente das particularidades – considerando, dentre outros aspectos, as diferentes perspectivas de direito material e de direito processual – apontadas pelos demais juristas que adotam a tipologia *trinária*<sup>10</sup> ou *quinária*<sup>11</sup> dos provimentos jurisdicionais, tem-se que o sistema instituído pelo CPC/2015 ampliou as medidas cabíveis para assegurar a efetividade dos diversos tipos de prestações (vide arts. 139, IV, 297, 497, 536 e 538), reduzindo significativamente a importância da distinção entre as referidas classes de sentenças.

---

Estudo em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento. Salvador: Editora Jus Podivm, 2010, p. 35-44.

<sup>8</sup> MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2018, p. 482-484.

<sup>9</sup> THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 30.

<sup>10</sup> Nesse sentido: DIDIER JR., 2018, p. 353; THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 22. Em sentido similar, Vicente de Paula Ataíde Junior afirma que “os provimentos mandamentais e executivos *lato sensu* podem ser catalogados como subespécies de provimentos condenatórios”, uma vez que as três categorias “estão unidas por uma mesma circunstância”, qual seja, a exigência de “uma prestação por parte do réu” (ATAÍDE JUNIOR, V. de P. **A multa coercitiva como crédito do Estado**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2009, f. 32.

<sup>11</sup> Dentre outros: SILVA, 2002, p. 24-25; MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 476; ASSIS, 2018, p. 89-91; WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: execução**. 16. ed. reform. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. v.3, p. 58.

## 2.2 EXECUÇÃO CIVIL E ATOS EXECUTIVOS

Sem olvidar da utilidade das diversas tipologias propostas pela doutrina, Olavo de Oliveira Neto classifica os atos processuais a partir da eficácia deles decorrentes em (a) *ato de accertamento*, essencialmente observados na tutela de conhecimento, e (b) *ato executivo* – “ato processual que modifica ou prepara a modificação do mundo empírico”<sup>12</sup>. Em sentido similar, considerando que “a necessidade de transformação do mundo físico é a matriz da função jurisdicional executiva”, Araken de Assis afirma que os atos executivos se distinguiriam dos demais atos processuais pela “virtualidade de provocar alterações no mundo natural” por meio da atuação do Estado; de qualquer modo, toda execução caracteriza, em maior ou menor medida, uma “invasão da esfera jurídica do executado”<sup>13</sup>.

Partindo de uma concepção ampla de *sanção jurídica* – “conjunto de mecanismos [preventivos e sucessivos] instituídos no ordenamento jurídico para assegurar a concreta observância das normas de conduta” –, Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini caracterizam a execução como “atividade prática desenvolvida jurisdicionalmente para atuar a sanção”, substituindo a atuação direta dos sujeitos envolvidos no caso concreto; difere-se, portanto, do cumprimento voluntário, uma vez que este prescinde da atuação sancionadora<sup>14</sup>. Da mesma forma, não pode ser confundida com as chamadas *execuções impróprias* – medidas destinadas a conferir publicidade às decisões judiciais –, uma vez que a tutela jurisdicional foi satisfeita pelo próprio pronunciamento judicial<sup>15</sup>.

Ao contrário das sentenças declaratória e constitutiva – tidas como autossuficientes –, as tutelas instrumentalizadas através dos demais provimentos jurisdicionais não se exaurem com a mera prolação da sentença, demandando a implementação de prestações diversas para sua efetivação<sup>16</sup>. Atualmente, concebe-se o direito como uma “posição juridicamente tutelada”, razão pela qual a tutela jurisdicional contemporânea prescinde de uma obrigação inadimplida, bastando a mera prática – ou ameaça – de um ato contrário ao direito, independentemente de qualquer conduta do demandado<sup>17</sup>, em consonância ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (CF/1988, art. 5º, XXXV).

<sup>12</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 56-57.

<sup>13</sup> ASSIS, 2018, p. 107-109.

<sup>14</sup> WAMBIER; TALAMINI, 2017, p. 48-51.

<sup>15</sup> Ibid., p. 53.

<sup>16</sup> MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 745.

<sup>17</sup> Ibid., p. 760-762.

Em sentido similar, considerando a evolução histórica das funções executivas desempenhadas pela jurisdição, veja-se o posicionamento de Araken de Assis:

Trilhando itinerário ortodoxo, [...], a compreensão dos meios executórios inicia pela identificação precisa do bem jurídico (*res*) postulado pelo exequente. Tais bens podem ser os seguintes: (a) coisa certa ou determinada (*corpus*); (b) soma em dinheiro, ou uma quantidade de coisas em dinheiro passíveis de conversão (*genus*); e, finalmente, (c) atividade ou uma abstenção do executado (*facere* e *non facere*). Mais desenvolvido, o esquema contemporâneo [...] distingue na função executiva dois escopos centrais: (a) eliminar os efeitos da infração a algum direito, o que consumaria na entrega ao exequente da mesma utilidade lesionada, reconstituindo, portanto, a feição originária do respectivo direito; (b) impedir a própria infração do direito e a repetição do ato lesivo. Naquela hipótese, a lesão atinge *corpus*, *genus* e *facere* [...]; nesta, ao executado se imporá sempre um *facere*, positivo ou negativo, infungível. Essa última finalidade encontra-se prevista no art. 497, parágrafo único, do NCPC, [...], tecnicamente chamada de tutela inibitória, acrescentando o dispositivo a desnecessidade da demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo<sup>18</sup>.

Considerando a estrutura sincrética do processo civil contemporâneo, Olavo de Oliveira Neto afirma que o sistema processual vigente, ao “menos no caso da execução de sentença”, eliminou “a autonomia estrutural entre a atividade de conhecimento e a atividade executiva”, sem descartar, todavia, a autonomia funcional entre elas<sup>19</sup>. A respeito dos provimentos liminares, prossegue o referido processualista:

No que tange às liminares que concedem uma tutela provisória, [...], algumas considerações são necessárias, já que do ponto de vista da satisfação do direito essa tutela não se caracteriza como uma terceira espécie de provimento jurisdicional. Ela também deve ser caracterizada como uma tutela satisfativa [...] ou como tutela não satisfativa, [...]. Em outras palavras, os provimentos de natureza cautelar e os provimentos de natureza antecipatória podem atuar apenas no mundo jurídico, situação que os caracteriza como ato processual de conhecimento, ou, atuar apenas no mundo empírico, situação que os caracteriza como um ato processual executivo [...]<sup>20</sup>.

Tomando em consideração as distinções entre as tutelas antecipatórias e cautelares sob o aspecto satisfativo<sup>21</sup>, a doutrina confere diferentes tratamentos quanto à caracterização da natureza executiva daquelas categorias, havendo posicionamentos mais extensivos<sup>22</sup> ou

<sup>18</sup> ASSIS, 2018, p. 162-163.

<sup>19</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 62-63.

<sup>20</sup> Ibid., p. 64.

<sup>21</sup> “A diferença entre essas categorias é muito tênue [...]. O máximo a que se chegou nessa tentativa de distinguir é a indicação (a) da *antecipação da tutela jurisdicional*, ou de seus efeitos, como um instrumental de direta *proteção a um direito subjetivo material ameaçado*, com a oferta imediata de sua fruição ao titular, tendo pois uma função *satisfativa* [...] e (b) das medidas *cautelares* como meios de proteger *o processo em si mesmo* [...], sendo essa, pois, uma função *conservativa* (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2014, p. 346).

<sup>22</sup> “No sistema positivo brasileiro, há procedimentos executivos instaurados com base em decisões fundadas em cognição sumária, de que serve como exemplo a execução da tutela antecipada satisfativa ou cautelar” (DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 262).

restritivos<sup>23</sup> a respeito do tema. Inequívoco, todavia, que ambas as tutelas podem, em determinadas circunstâncias, projetar seus efeitos sobre a realidade fática, seja sob a forma de medidas meramente assecuratórias ou satisfativas, sendo, portanto, atividades executivas<sup>24</sup>.

## 2.3 TÉCNICAS E MEDIDAS EXECUTIVAS

Passa-se agora à análise das diferentes modalidades de medidas executivas apontadas pela doutrina especializada, considerando a forma com que atuam sobre a esfera jurídica da parte demandada.

Inicialmente, importa destacar a tradicional distinção havida entre a *execução direta* – ou *sub-rogatória* – e a *execução indireta*. A primeira ocorre através de mecanismos que prescindem da colaboração da parte executada, realizando-se através de providências sub-rogatórias; a última, por sua vez, consiste em medidas que atuam sobre a vontade do executado, compelindo-o a cumprir a prestação pretendida. A aceitação da natureza executiva da segunda modalidade encontrou longa (e significativa) resistência na doutrina<sup>25</sup>; de qualquer modo, muitos daqueles que negam a sua natureza estritamente executiva reconhecem sua funcionalidade para prestação da tutela jurisdicional executiva<sup>26</sup>.

As medidas executivas comportam diferentes classificações doutrinárias, as quais mostram-se pertinentes para os fins do presente trabalho. A fim de proceder à análise pretendida, vale destacar o enunciado normativo constante do art. 139, IV, do CPC, que confere aos magistrados a prerrogativa de “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial”.

<sup>23</sup> Dentre outros: “[A] *execução forçada*, como forma pública de atuação jurisdicional jurissatisfativa, não se confunde com outras medidas de satisfação ou tutela do crédito, como o adimplemento do devedor, a legítima defesa do credor, as *tutelas provisórias cautelares* [...]” (THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 237-238).

<sup>24</sup> Neste sentido: “Assim, o art. 297 do NCPC permite ao órgão judiciário adotar quaisquer medidas adequadas à ‘efetivação’ da tutela provisória. [...]. Cuida-se, porém, de execução [...]. Recíprocas remissões de compreensão unívoca: na ‘efetivação’ da tutela provisória praticam-se atos executivos, logo é execução. [...]. O que verdadeiramente importa é o modo de alterar, conformar e dominar o mundo dos fatos, se necessário, concretizando a força do provimento. E para esse efeito mostra-se irrelevante o momento da sua imissão: no início do processo, baseado em cognição sumária, ou no seu fecho, mediante cognição plena e exauriente (ASSIS, 2018, p. 143-144).

<sup>25</sup> “Não parece inadequado reputar a execução indireta como verdadeira forma de execução. Primeiro, porque através dela há verdadeira atuação de sanção. Os que negam essa tese abraçam o entendimento de que a sanção jamais se realiza com a colaboração da atividade voluntária do inadimplente. Não há, todavia, o que justifique essa percepção. Reconhece-se, na teoria geral do direito, a figura da sanção intimidatória [...]. Nessa hipótese, haverá atividade voluntária do executado, mas não espontânea. Sua conduta terá sido decorrência direta da atuação da sanção intimidatória por parte do Estado” (WAMBIER, TALAMINI, 2017, p. 54).

<sup>26</sup> Nesse sentido: LIEBMAN, 1980, p. 5-6. THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 238; SILVA, 2002, p. 26.

As técnicas referentes à execução direta – ou *sub-rogatória* – são tradicionalmente classificadas em três categorias, quais sejam, (a) *desapossamento*, destinada às prestações referentes à entrega de coisa e aos direitos reais; (b) *transformação*, caracterizada pela invasão da esfera patrimonial do devedor para execução de prestações fungíveis; e (c) *expropriação*, consistente na transferência de parcela do patrimônio do devedor correspondente ao valor da obrigação inadimplida<sup>27</sup>.

Mais controversas, contudo, são as tipologias referentes às execuções indiretas, especialmente ao se considerar a referida redação do art. 139, IV, do CPC/2015. A respeito do tema, Edilton Meireles diferencia cada uma daquelas medidas, considerando-as como técnicas pelas quais o juiz, enquanto órgão jurisdicional, substitui (de forma comissiva ou omissiva) algum comportamento do obrigado, tendo como escopo alcançar uma tutela jurisdicional célere e efetiva. Em síntese, as medidas *indutivas* buscariam “oferecer ao obrigado uma vantagem, um ‘prêmio’ como incentivo (coação premial) ao cumprimento da decisão judicial”; as medidas *coercitivas* visariam “impor ao obrigado uma sanção enquanto castigo, ou seja, uma sanção negativa”; as medidas *mandamentais* “deveriam ser adotadas em casos extremos [...], já que, o descumprimento da mesma, acarretará na prática de crime de desobediência”, mostrando-se “mais úteis nas obrigações de fazer ou não fazer”; as medidas *sub-rogatórias*, por sua vez, se dariam “em substituição ou sucessão do obrigado”, almejando resultado idêntico ou equivalente àquele “que deveria ter sido concretizado”, sendo cabíveis para os casos que envolvem obrigações fungíveis<sup>28</sup>.

Araken de Assis, por sua vez, distingue os diferentes meios executórios indiretos em duas classes, quais sejam, *coerção patrimonial* e *coerção pessoal*, entendendo que, em ambas, o objetivo “é captar a vontade do executado”<sup>29</sup>. Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira partem da referida tipologia, acrescentando, ademais, que o estímulo ao cumprimento da prestação devida se dá por meio do *temor* ou do *incentivo*<sup>30</sup>. Para estes autores, “medidas mandamentais, indutivas e coercitivas são, rigorosamente, a mesma coisa”, tratando-se, indistintamente, de meios executivos indiretos<sup>31</sup>.

Em análise crítica da redação do art. 139, IV, Marcus Borges alega que a presença da expressão “mandamental” representa uma “atecnia”, uma vez que “consiste na eficácia do

<sup>27</sup> ASSIS, 2018, p. 174-176; BORGES, 2019, p. 38-39; DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 52-53.

<sup>28</sup> MEIRELES, Edilton. Medidas sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 247, 2015, versão *online*, n.p.

<sup>29</sup> ASSIS, 2018, p. 165-174

<sup>30</sup> DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 53

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 103.

comando judicial”, razão pela qual “não deveria estar miscigenada com as formas de efetivação de comandos judiciais”<sup>32</sup>. Cumpre assinalar, ademais, a tipologia dos meios executivos indiretos proposta pelo referido professor:

Nessa linha, os meios coercitivos previstos no CPC/2015 podem ser divididos da seguinte forma: (a) coerção patrimonial, consubstanciada na aplicação de multa pecuniária para o cumprimento de obrigações específicas (astreinte) ou de obrigações pecuniárias inadimplidas em cumprimento de sentença (multa de dez por cento); (b) coerção por restrição de outros direitos (não patrimoniais) do executado, por meio da qual se promove a ameaça de restrição de seus direitos para compeli-lo a satisfazer a obrigação. Dentro dessa última categoria, encaixam-se: (i) a coerção do executado para satisfação do débito alimentar, sob pena de restrição do direito de liberdade [...]; (ii) a coerção do executado para pagar, [...], sob pena de restrição de seus direitos de personalidade, no viés da honra objetiva, mediante protesto [...] ou inclusão nos cadastros de inadimplentes [...]; e (iii) a coerção do executado para cumprir qualquer tipo de obrigação, inclusive pecuniária, sob pena de aplicação de medidas coercitivas não tipificadas, que acarretarão a restrição de outros direitos do devedor [...]<sup>33</sup>.

Os diferentes meios executivos disciplinados pelo CPC/2015 serão objeto de estudo específico na seção 2.4 do presente trabalho.

### 2.3.1 Tipicidade e atipicidade das medidas executivas

Nas seções anteriores deste trabalho, expusemos as preocupações da doutrina processual civil clássica, que, refletindo a ideologia do Estado liberal clássico, restringiu os poderes executivos outorgados aos magistrados. Daquele cenário, emergiu o “*princípio da tipicidade dos meios executivos*”, considerado um princípio cardeal do velho processo de execução”<sup>34</sup>. No decorrer do tempo, contudo, verificou-se a insuficiência daquele modelo para efetiva tutela dos novos direitos, tendo aquele princípio cedido em favor de uma maior mobilidade dos poderes atribuídos aos juízes.

Diante da (crescente) complexidade das relações travadas no seio das sociedades contemporâneas, mostra-se, contudo, absolutamente inviável a adoção de um sistema de tutela executiva exclusivamente aberto, atípico, o que elevaria sobremaneira a imprevisibilidade do sistema jurídico – em evidente violação à pretendida segurança jurídica –, caminhando em sentido contrário à *função ordenadora* exercida pelo direito.

Em face desta realidade, o CPC/2015 adotou um sistema executivo misto, harmonizando providências de naturezas típica e atípica para tutela dos direitos. Sendo assim, cumpre analisar a disciplina dos diferentes procedimentos executivos disposta no Código em comento.

<sup>32</sup> BORGES, 2019, p. 73.

<sup>33</sup> Ibid., p. 179.

<sup>34</sup> MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 771.



## 2.4 PANORAMA DOS PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS

Sem prejuízo das observações pertinentes às execuções fundadas em tutelas provisórias (seção 2.2, *supra*), o CPC/2015 dispõe de duas vias próprias para instauração da execução, quais sejam, *Cumprimento de sentença* e *Processo de execução*. A primeira, enquanto fase de um processo sincrético, destina-se à execução de títulos judiciais (art. 515) no âmbito da mesma relação processual em que foram constituídos; o processo autônomo de execução, por sua vez, ampara-se eminentemente em títulos extrajudiciais (art. 784). De qualquer modo, aplica-se à primeira, subsidiariamente, a disciplina referentes ao *Processo de execução* (arts. 513 e 771).

Importa destacar, ademais, que ambas se sujeitam às regras dispostas na Parte Geral do Código, dentre as quais aquela enunciada no art. 139, IV, que será objeto de análise específica no capítulo 3 deste trabalho.

A depender da natureza das prestações cuja execução se pretende (fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia), o Código em questão disciplina diferentes procedimentos, cada qual dispondo de suas respectivas particularidades quanto aos meios executivos. Passa-se agora a uma breve exposição de cada uma dessas modalidades.

### 2.4.1 Execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa

No cumprimento de sentenças cuja tutela pretendida dependa de prestações de fazer ou não fazer, pode o magistrado, tanto de ofício quanto a requerimento, “determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente” (art. 536). Nesse sentido, a regra disposta no § 1º do art. 536 reflete a consagração, pelo legislador, do “princípio da concentração dos poderes de execução do juiz”, afastando a tipicidade das medidas executivas em favor da adoção dos meios adequados às circunstâncias do caso concreto<sup>35</sup>. Importa destacar, ademais, que a conversão da prestação em perdas e danos ocorrerá apenas “se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente” (art. 499).

Nas demandas que objetivam a entrega de coisa, confere-se ao credor, preferencialmente, a tutela específica referente à prestação (arts. 498 e 499). Neste sentido:

Em qualquer das modalidades da obrigação de dar, ocorrido o inadimplemento, cabível se torna a tutela judicial da execução para entrega de coisa. Não há mais, no direito moderno, razão para distinguir entre a obrigação de dar para transferência de propriedade (tradição da coisa móvel) e a de entregar ou restituir, em cumprimento de vínculo pessoal ou creditício. Toda execução de entrega de coisa, em princípio, deve

---

<sup>35</sup> MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 919-920.

ocorrer de “forma específica” (art. 498), pouco importando que a prestação decorra de direito real ou pessoal, de obrigação convencional ou legal.<sup>36</sup>

Descumprida a obrigação no prazo fixado pelo juiz, “será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor” (art. 538, caput). Insta salientar, ademais, com base no art. 538, § 3º, a possibilidade de adoção de medidas executivas atípicas para efetivar prestações dessa natureza<sup>37</sup>.

Quanto aos títulos extrajudiciais, importa diferenciar a natureza da prestação devida pelo executado. Em se tratando de obrigação de fazer, o executado é citado para cumprir a obrigação no prazo constante do título ou fixado pelo juiz, sob pena de multa (arts. 814-815); não cumprida a prestação, resta ao exequente tão somente requerer a sua execução por um terceiro (arts. 817-820) ou a conversão em perdas e danos (arts. 816 e 821).

No que tange às obrigações de não fazer, “a única medida executiva – disciplinada no sistema executivo relativo aos títulos extrajudiciais – capaz de permitir a execução das obrigações de não fazer é a multa coercitiva prevista no art. 814”, uma vez que a disciplina dos arts. 822-823 se refere às “*obrigações de desfazer*, que certamente não se confundem com as obrigações de não fazer”<sup>38</sup>. Para as obrigações referentes à entrega de coisa, o executado será citado para, em 15 dias, satisfazer a obrigação (art. 806, *caput*), podendo o juiz fixar multa “por dia de atraso no cumprimento da obrigação” (art. 806, § 1º); do mandado de citação constará ordem para, desde logo, constatado o inadimplemento, proceder-se à imissão na posse ou à busca e apreensão do respectivo bem (art. 806, § 2º). Em se verificando a impossibilidade de tutela específica da obrigação, será esta convertida em prestação pecuniária, mediante procedimento prévio de liquidação, sem prejuízo da apuração de perdas e danos (art. 809).

A doutrina diverge significativamente quanto ao cabimento de medidas executivas atípicas para efetivação de prestações constantes de títulos executivos extrajudiciais, havendo diversos posicionamentos favoráveis<sup>39</sup> e contrários<sup>40</sup> a respeito do tema.

<sup>36</sup> THEODORO JR, 2019, p. 216.

<sup>37</sup> “Nesse sentido, o art. 538, § 3º, autoriza também para a proteção de prestações de entrega de coisa os instrumentos de indução e sub-rogação permitidos para a proteção das prestações de fazer e não fazer. Essa norma, assim, abre oportunidade para o uso da multa, assim como, em tese e em princípio, de qualquer modalidade executiva que se mostrar necessária em face do caso concreto” (MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 944-945).

<sup>38</sup> MARINONI, L.G.; ARENHART, S.C.; MITIDIERO, D. **Novo curso de processo civil**: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados, 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. v. 3, p. 103.

<sup>39</sup> Dentre outros: “por força do art. 771, parágrafo único, o dispositivo [art. 536, § 1º do CPC] também se aplica à execução para efetivar prestação de fazer, não fazer e entregar coisa distinta de dinheiro fundada em título extrajudicial” (DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 107).

<sup>40</sup> Neste sentido: MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2018, p. 791.

### 2.4.2 Execução de prestação pecuniária

Dentre as diversas modalidades de procedimentos executivos, aqueles pertinentes às prestações pecuniárias têm sido, sob a égide do CPC/2015, indubitavelmente, os mais controvertidos na doutrina e na prática forense, considerando as diversas inovações introduzidas pelo Código em comento, e, mais especificamente, aquela referente ao enunciado do art. 139, IV, conferindo expressamente aos magistrados a incumbência de “determinar todas as medidas [...] necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, *inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*” (grifo nosso), ampliando significativamente o cabimento de medidas diversas para a satisfação da tutela pretendida.

De qualquer modo, a aplicabilidade do referido dispositivo será objeto de estudo do capítulo subsequente. Por ora, importa destacar, sinteticamente, o restante da disciplina referente às execuções por quantia certa, considerando o regramento das técnicas sub-rogatórias e a tipicidade de alguns meios executivos indiretos previstos na legislação, sem prejuízo do detalhamento dessas medidas em momento oportuno, quando pertinentes aos fins do presente trabalho.

Inicialmente, cumpre destacar a existência de procedimentos executivos especiais para os créditos de natureza alimentar – com a possibilidade de prisão coercitiva do devedor (art. 528) – e aqueles executados em face da Fazenda Pública, sejam eles lastreados em títulos judiciais ou extrajudiciais, cada qual dispondo de suas particularidades. Para os demais créditos pecuniários, os procedimentos encontram-se genericamente regulamentados entre os arts. 520-527 (cumprimento de sentença) e arts. 824-909 (processo autônomo de execução).

Ao contrário das demais espécies de prestações, tem-se, para a instauração da fase de cumprimento de sentença referente à exigibilidade de quantia certa, a expressa necessidade de requerimento da parte credora (art. 513, § 1º). Transcorrido o prazo de pagamento voluntário do débito, impõe-se ao devedor o acréscimo de multa e de honorários advocatícios (art. 523, § 1º). Ainda que haja divergência acerca da natureza da referida multa – se punitiva<sup>41</sup> ou coercitiva<sup>42</sup> –, resta inequívoco o potencial estímulo que ela confere ao devedor para o adimplemento da respectiva obrigação.

<sup>41</sup> “A multa em exame tem natureza punitiva [...]. Essa multa não tem caráter coercitivo, pois não constitui elemento vocacionado a constranger o réu a cumprir a decisão [...]. O conteúdo coercitivo que pode ser vislumbrado na multa condenatória é comum a toda e qualquer pena [...]. Em resumo: a multa do art. 537 é instituída *para fazer cumprir*, ao passo que as multas do art. 77, § 2º, e do art. 523, § 1º, são instituídas *para punir pelo descumprimento*” (MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 978).

<sup>42</sup> Dentre outros: WAMBIER; TALAMINI, 2017, p. 196; BORGES, 2019, p. 155.

Para a execução de títulos extrajudiciais, são previstos diversos incentivos conferidos ao executado para satisfação voluntária (ainda que não espontânea) da prestação exequenda. Nesse sentido, em se verificando o pagamento integral do débito no prazo de 3 dias, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade (art. 828, § 1º); por outro lado, poderão ser majorados “ao final do procedimento executivo, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente” (art. 828, § 2º). Possibilita-se ao executado, ademais, requerer o parcelamento legal do débito (art. 917) apontado em títulos dessa natureza.

Cumprе assinalar, ademais, a tipificação de duas novas medidas coercitivas no CPC/2015, quais sejam, o protesto da decisão judicial transitada em julgado (art. 517) e a inscrição do executado em cadastros de inadimplentes (art. 782, § 3º). Muito embora a primeira não constitua novidade em nosso ordenamento jurídico<sup>43</sup>, o Código vigente ao menos a ratificou expressamente.

## 2.5 EXECUÇÃO CIVIL E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

No primeiro capítulo deste trabalho, apontou-se trajetória percorrida pelo direito processual até a superação da ideia de responsabilidade corporal do devedor. Nesse sentido, a doutrina processual civil clássica “estruturou-se para direcionar a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações para o patrimônio do sujeito obrigado”<sup>44</sup>, tendo tais concepções exercido profunda influência na formatação do sistema processual civil brasileiro. Ocorre, contudo, que a ideia de incoercibilidade da vontade humana nunca se mostrou absoluta em nosso ordenamento jurídico – a título exemplificativo, destaca-se a prisão coercitiva do devedor de alimentos (CPC/1939, arts. 920-921; CPC/1973, art. 733), também admitida na sistemática do CPC/2015 (arts. 528 e 911, parágrafo único) – tendo ainda sido gradativamente mitigada no decorrer das últimas décadas, especialmente no âmbito das execuções de fazer, não fazer e entregar coisa.

Com isto em vista, a presente seção tem o escopo de apresentar alguns apontamentos acerca da configuração atual do *princípio da responsabilidade patrimonial*, considerando a sua pertinência para a análise do cabimento das medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias – objeto de estudo do próximo capítulo.

---

<sup>43</sup> Neste sentido, ainda sob a vigência do CPC/1973: BRASIL, STJ, REsp 750.805/RS, 3ª Turma, Rel.: Min. Humberto Gomes de Barros, J. em: 14/02/2008, DJe: 16/06/2009.

<sup>44</sup> MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, op. cit., p. 792.

Partindo de uma análise desde o contexto do antigo direito romano, Marcus Borges sustenta não haver, em razão do princípio da responsabilidade patrimonial, *a priori*, uma vedação à utilização de meios coercitivos (típicos e atípicos). Isto porque o surgimento da responsabilidade real e limitada se deu “com o escopo de afastar a tangibilidade do corpo do devedor por dívidas”, devendo ser interpretado de acordo com os fundamentos que o motivaram. Nesse sentido, “na execução por dívidas, a norma nascida em oposição à antiga regra romana de *pessoalidade* sempre foi a da *patrimonialidade* e não a da *incoercibilidade*”. A partir de tais fundamentos, tem-se que a adoção de tais medidas no cenário atual não pretende atingir o corpo ou a liberdade do indivíduo, mas tão somente constranger o executado a colaborar com a execução, razão pela qual “enaltece e prestigia o princípio da responsabilidade patrimonial, ao invés de afrontá-lo”<sup>45</sup>.

Não é outra a conclusão de Daniel Amorim Assumpção Neves:

A proibição de que o corpo do devedor responda por suas dívidas, reservando-se tal garantia a seu patrimônio, é vista como representação da humanização que o processo de execução adquiriu durante seu desenvolvimento histórico [...]. Nesse sentido, é importante registrar que a adoção de medidas executivas coercitivas que recaiam sobre a pessoa do executado não significa que seu corpo passa a responder por suas dívidas, o que, obviamente, seria um atentado civilizatório. São apenas medidas executivas que pressionam psicologicamente o devedor para que esse se convença de que o melhor a fazer é cumprir voluntariamente a obrigação [...]. Significa dizer que o princípio da patrimonialidade, consagrado em lei, não é violado com a adoção das medidas de execução coercitiva que recaem sobre o corpo do devedor. Afinal, mesmo nesse caso o cumprimento da obrigação dependerá da vontade do devedor de dispor de seu patrimônio, não servindo a medida executiva como forma de satisfação da obrigação, mas como forma de pressionar psicologicamente o devedor a cumpri-la voluntariamente<sup>46</sup>.

Demonstrada a concepção patrimonial da execução, resta ainda tecer algumas considerações acerca de um dos principais entraves apontados por aqueles que rejeitam a aplicação de meios coercitivos atípicos, qual seja, o suposto caráter sancionador dessas medidas – entendidas, sob essa perspectiva, enquanto “penas civis” desprovidas de previsão legal.

Consoante às lições de Norberto Bobbio, a norma jurídica se diferencia das normas morais e sociais pelo fato de que sua “execução é garantida por uma sanção externa e institucionalizada”, decorrendo principalmente deste último aspecto a sua maior eficácia<sup>47</sup>. Para os fins do presente trabalho, importa diferenciar as sanções civis de natureza material e as “sanções executivas”.

<sup>45</sup> BORGES, 2019, p. 187-193.

<sup>46</sup> NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Medidas executivas coercitivas atípicas na execução de obrigação de pagar quantia certa – Art. 139, IV, do novo CPC. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 265, 2017, versão *online*, n.p.

<sup>47</sup> BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. 6. ed. São Paulo: EDIPRO, 2016, p. 157-158.

A concepção de “sanção executiva” pode ser extraída dos ensinamentos de Enrico Liebman, para quem *sanção*, em sentido estrito, identifica-se com a própria execução civil, considerando o conjunto de meios executivos disponíveis para efetivar o direito declarado na sentença<sup>48</sup>; reconhece ele, entretanto, a acepção ampla do termo, destacando sua diferenciação em face da responsabilidade por perdas e danos<sup>49</sup> (no âmbito do direito substancial).

Conforme bem demonstra Daniel Amorim Assumpção Neves, importa distinguir nitidamente as naturezas jurídicas dessas sanções. A sanção civil material decorre de uma crise de inadimplemento obrigacional e encontra-se disciplinada no âmbito do direito material, tendo como consequência gerar “mais um direito de crédito ao sujeito que já era titular da obrigação descumprida”. A medida executiva coercitiva, por sua vez, não se reveste de natureza sancionatória, uma vez que se presta a “justamente a encerrar a crise de inadimplemento”, antecedendo eventual aplicação da sanção; seu cabimento, portanto, limita-se às hipóteses em que se verifique o potencial cumprimento voluntário da obrigação, esgotando-se sua utilidade quando do adimplemento da prestação pretendida ou da constatação de sua inefetividade<sup>50</sup>.

A partir dos fundamentos apresentados no decorrer deste trabalho, resta inequívoca a necessidade de se interpretar as medidas coercitivas (típicas e atípicas) a partir de sua finalidade, qual seja, assegurar o cumprimento de determinações judiciais. Tal constatação pode ser observada ao analisarmos as hipóteses de prisão do devedor de alimentos – cabível apenas mediante inexistência de justa causa, sendo imediatamente suspensa quando paga a prestação (CPC/2015, art. 528, §§ 3º e 6º) – e de aplicação da multa coercitiva, que poderá ser modificada ou excluída caso demonstrada a existência de justa causa para o descumprimento da prestação (CPC/2015, art. 537, § 1º, II). Embora não se possa ignorar que a possível aplicação da sanção prevista pela medida executiva acabe por punir o obrigado, a sua incidência está condicionada ao descumprimento deliberado da determinação judicial – o que afasta, portanto, a sua natureza punitiva.

---

<sup>48</sup> LIEBMAN, 1980, p. 17-18.

<sup>49</sup> Ibid., p. 2.

<sup>50</sup> NEVES, 2017, n.p.

### 3 O CPC/2015 E A SUPERAÇÃO DA ESTRITA TIPICIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS PARA EFETIVAÇÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

Comumente se afirma que a execução constitui um dos grandes *gargalos* da justiça brasileira. Segundo os dados do Relatório Justiça em Números 2019, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), haviam, no final de 2018, mais de 79 milhões de processos pendentes de baixa no 1º grau da jurisdição (justiça comum e juizados especiais); destes, mais da metade (54,2%) se referia a execuções (processos de execução/cumprimentos de sentença)<sup>1</sup>. Desconsiderados os processos criminais, tinha-se um total de 41.078.062 execuções pendentes, referentes a débitos fiscais (75,6%) e prestações diversas constantes de títulos judiciais (16,9%) e extrajudiciais (7,5%)<sup>2</sup>.

Excluídas as execuções penais, estimava-se, em 31/12/2018, que a duração média da fase de execução dos processos ainda pendentes era, nas Varas Estaduais e nas Varas Federais, seis anos e quatro meses e oito anos e um mês, respectivamente<sup>3</sup>. Cumpre ressaltar, todavia, que os dados apontados não permitem precisar o grau de efetividade da tutela executiva, considerando que a extinção do processo pode se dar por motivos diversos (CPC/2015, art. 924). De qualquer modo, resta evidente a crise da jurisdição contemporânea na prestação de uma tutela verdadeiramente célere e efetiva<sup>4</sup>.

Não por outro motivo, o CPC/2015 promoveu diversas modificações no que tange às técnicas jurisdicionais executivas. Dentre as preocupações observadas pelo legislador, estava aquela referente ao descumprimento das decisões judiciais. A partir desse cenário, emerge o art. 139, IV, do CPC, com as potencialidades que dele decorrem. A fim de possibilitar a devida compreensão do dispositivo em questão, harmonizando sua interpretação em face das demais normas, cumpre analisarmos, inicialmente, o seu histórico legislativo, considerando os debates e preocupações do legislador quando de sua proposição, bem como a sua localização na redação final do Código vigente.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça em números 2019. Brasília: CNJ, 2019, p. 126.

<sup>2</sup> Ibid., p. 128.

<sup>3</sup> Ibid., p. 150.

<sup>4</sup> “O devido processo legal, cláusula geral processual constitucional, tem como um de seus corolários o *princípio da efetividade*: os direitos devem ser *efetivados*, não apenas reconhecidos. [...]. O art. 4º do CPC, embora em nível infraconstitucional, reforça esse princípio como norma fundamental do processo civil brasileiro, ao incluir o *direito à atividade satisfativa*, que é o *direito à execução*” (DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 67).

### 3.1 AS DIFERENTES REDAÇÕES DO ART. 139, IV, DO CPC, DURANTE O PROCESSO LEGISLATIVO

Em 08/06/2010, a Comissão de Juristas instituída pelo Ato n. 379/2009 apresentou ao Senado Federal o Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. No texto apresentado<sup>5</sup>, o art. 107, III, figurava com a exata redação do art. 139, IV, do CPC/2015. Após análise da Comissão Especial, em meios às diversas audiências realizadas, aprovou-se um substitutivo ao Anteprojeto em 15/12/2010; nele, a redação do dispositivo em questão restou incólume, modificando-se tão somente a sua respectiva numeração (art. 118, III)<sup>6</sup>.

Remetido à Câmara dos Deputados (PL 8.046/2010), o projeto foi analisado por uma nova Comissão, sendo apensado a diversos outros projetos de lei. Em sua redação final (PL 8.046/2010)<sup>7</sup>, para além da respectiva renumeração (art. 139, IV), apresentou-se uma nova proposta de redação do dispositivo, qual seja, “IV – determinar, *de ofício ou a requerimento*, todas as medidas *coercitivas ou sub-rogatórias* necessárias para assegurar a efetivação da decisão judicial *e a obtenção da tutela do direito*” (grifo nosso), vindo a ser aprovada pelo Plenário em 26/03/2014. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a supressão da parte final da redação original do art. 118, III (“*inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*”) foi objeto de deliberação naquela Casa Legislativa; pretendeu-se, com isso, afastar a atipicidade das medidas executivas com relação às obrigações de pagar<sup>8</sup>.

De volta ao Senado Federal, acatando o parecer<sup>9</sup> elaborado pela nova Comissão designada para análise do Substitutivo, o Plenário, em 17/12/2014, rejeitou a redação do art. 139, IV, proposta pela Câmara dos Deputados, aprovando o texto final do dispositivo em consonância ao art. 118, III, do Anteprojeto.

<sup>5</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010 (do Senador José Sarney)**.

<sup>6</sup> BRASIL. Senado Federal. **Parecer nº. 1.741, de 2010, da Comissão Diretora, que apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010.**

<sup>7</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 8.046-A de 2010 do Senado Federal (PLS Nº 166/10 na Casa de origem)**.

<sup>8</sup> “Faz-se no inciso IV aperfeiçoamento técnico, na medida em que ou a medida é coercitiva ou é sub[-]rogatória. Além disso, convém retirar a menção à execução de quantia – o tema da atipicidade da tutela executiva para as obrigações de pagar quantia ainda não está maduro [para] positividade” (BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório final da comissão especial destinada a proferir o parecer ao Projeto de Lei 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil**, p. 219).

<sup>9</sup> “Convém rejeitar o inciso IV do art. 139, restabelecendo a versão do PLS para o dispositivo em pauta (inciso III do art. 118), por sua maior clareza, idônea a evitar dúvidas na definição do alcance das medidas coercitivas e sub-rogatórias” (BRASIL. Senado Federal. **Parecer nº. 956, de 2014, da Comissão Temporário do Código de Processo Civil, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 166, de 2010, que estabelece o Código de Processo Civil**).



Da análise comparativa entre as duas propostas apresentadas durante o processo legislativo, levantam-se diversas questões que se mostram controversas na doutrina contemporânea – e que serão objeto de estudo das seções subsequentes. Sem esgotar a discussão, importa destacar, por ora, (a) o acolhimento da expressão “*inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*”; (b) a rejeição do termo “*de ofício ou a requerimento*”; (c) a descrição extensiva das diferentes categorias de medidas executivas indiretas<sup>10</sup>; (d) a rejeição da expressão “*e a obtenção da tutela do direito*”, da qual se reflete potenciais discussões a respeito da inaplicabilidade do dispositivo para as execuções fundadas em títulos extrajudiciais.

### 3.2 ART. 139, IV, DO CPC, E O PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Localizado no Capítulo I (*Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz*) do Título IV (*Do juiz e dos auxiliares da justiça*) do Livro III (*Dos sujeitos do processo*) da Parte Geral, o art. 139 irradia seus efeitos às mais diversas relações jurídicas processuais regidas pelo CPC/2015<sup>11</sup>. Como não poderia deixar de ser, os poderes-deveres nele listados – dentre os quais aqueles constantes do inciso IV – devem ser interpretados sistematicamente, harmonizando seus respectivos alcances em face das demais disposições do Código. Nesse sentido:

No tocante à inserção do artigo 139 na Parte Geral do CPC/2015, duas questões podem ser levantadas. A primeira delas, e positiva, é verificada na ideia de que, se existe uma norma prevista na Parte Geral do Código, esta, em princípio, se aplica a todas as ações e recursos previstos nos Livros da Parte Especial do CPC/2015, salvo disposição em contrário ou previsão diferenciada para a espécie [...]. A segunda questão [...] diz respeito à extensão de sua aplicabilidade, especificamente nas execuções de obrigações de pagar. Em que pese a menção expressa na parte final da redação do inciso IV, o ponto ainda levanta polêmicas, sobretudo, quando comparado com o regime de meios executórios das obrigações específicas. É que, para essas obrigações [...], o CPC/2015 ainda previu expressamente – ao menos para os títulos judiciais – a atipicidade dos meios executórios em seus respectivos procedimentos executivos. [...] Com relação às execuções de obrigação de pagar, por outro lado, o procedimento de cumprimento da sentença não traz nenhuma menção expressa acerca da utilização dos meios executivos.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Para mais detalhes, ver Seção 2.3, *supra*.

<sup>11</sup> “O novo Código traz uma estrutura substancialmente diferente da estrutura de seu antecessor e, em alguma medida, melhor. Ele principia com uma parte geral, contida em seu Livro I, que o de 1973 não tinha. [...] A parte geral contida no novo Código, como é natural, é responsável pela coordenação e regência sistemática das disposições contidas nos demais Livros” (DINAMARCO, Cândido Rangel. O novo Código de Processo Civil brasileiro e a ordem processual civil vigente. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 247, 2015, versão *online*, n.p.).

<sup>12</sup> BORGES, 2019, p. 77-78.

### 3.3 DA ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS

Em que pesem as expectativas decorrentes do art. 139, IV, no aprimoramento da prestação da tutela jurisdicional executiva, parcela da doutrina vem manifestando preocupações quanto à inconstitucionalidade do referido dispositivo, apresentado diferentes fundamentos para tanto. Nesse sentido, embora não descarte, *a priori*, com base no art. 190 do CPC/2015, “eventual emprego de convenção das partes para disciplinar o procedimento *in executivis*”<sup>13</sup>, Araken de Assis posiciona-se em sentido contrário à adoção de meios executivos atípicos:

O direito brasileiro consagra o princípio da tipicidade dos meios executórios. Não pode ser diferente, porque a CF/1988 tem feição garantista e o art. 5.º, LIV, exige que a privação de bens obedeça ao devido processo legal. [...] O art. 139, IV, parece ter ampliado o imperium judicial, autorizando o órgão judicial a adotar ‘todas as medidas [...]’ tendentes ao cumprimento dos pronunciamentos, ‘inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária’. [...] É duvidosa, senão patente, a inconstitucionalidade do dispositivo. É bem de ver que, nos casos de coerção pessoal (prisão) ou patrimonial (astreinte), os efeitos jurídicos são predeterminados: (a) prisão por determinado tempo; e (b) formação de crédito pecuniário, [...]. Essa predeterminação torna essas medidas compatíveis com o art. 5.º, LIV, da CF/1988. Ao invés, a aplicação do art. 139, IV, a par de gerar abusos dificilmente controláveis [...], carece dessas características. E, a mais das vezes, traduzirá pena civil, sem precisão específica, em razão do inadimplemento ‘culposos’ e arrogantemente ostensivo. [...] E não parece exato que, além da pressão psicológica da prisão ou da multa, outras medidas atinjam a pessoa e, não, o patrimônio do executado.<sup>14</sup>

Adotando posicionamento mais moderado, Lênio Luiz Streck e Dierle Nunes entendem que, em regra, a restrição de direitos individuais do devedor para satisfação de prestações pecuniárias não deve ser admitida. A respeito do tema, reputam que “cláusula geral de efetivação [art. 139, IV] implicará um ônus argumentativo diferenciado para o juiz ao fundamentar e se valer da medida”, tendo em vista tratar “de um conceito jurídico indeterminado, mitigando a possibilidade de arbitrariedades”. Sem rejeitar expressamente a adoção de medidas executivas atípicas em outras hipóteses, os referidos autores consideram que “a melhor interpretação do preceito normativo não é a de buscar um juízo criativo ilimitado e despreocupado com as restrições normativo-constitucionais com fins utilitaristas”, mas sim “aquela que perceba a conexão com a teoria das injunções”, já desenvolvida em sistemas jurídicos estrangeiros, com o fito de “direitos fundamentais mediante a chamada litigância de

<sup>13</sup> ASSIS, 2018, p. 168.

<sup>14</sup> Ibid., p. 167.

interesse público”, operando verdadeiras reformas estruturais, ponderando os direitos fundamentais envolvidos diante do caso concreto<sup>15</sup>.

### 3.3.1 ADI 5941/2017

Em maio de 2018, o Partido dos Trabalhadores propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5941<sup>16</sup>) referente ao CPC/2015, tendo como escopo a declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, dos arts. 139, IV, 297, 380, parágrafo único, 400, parágrafo único, 403, parágrafo único, 536, *caput* e § 1º, e 773, a fim de rechaçar quaisquer interpretações daqueles dispositivos que possibilitem “a apreensão de carteira nacional de habilitação e/ou suspensão do direito de dirigir, a apreensão de passaporte, a proibição de participação em concurso público e a proibição de participação em licitação pública”.

Em sua petição inicial, subscrita pela banca Mudrovitsch Advogados, o demandante sustenta, em síntese, que (I) os poderes conferidos pelos referidos artigos podem ser utilizados de forma arbitrária e autoritária, extrapolando o intuito patrimonial da execução em violação dos direitos fundamentais do devedor; (II) a apreensão do passaporte e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) violam a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental de liberdade de locomoção (CF, arts. 1º, III, e 5º, XV); (III) eventuais restrições à participação do devedor em concursos públicos e processos licitatórios violam os princípios da igualdade e da eficiência, sendo, ademais, as matérias submetidas à reserva legal (CF, arts. 5º, II, 37, XI, 173, § 3º e 175); (IV) a admissão de medidas atípicas nas circunstâncias indicadas viola a garantia do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV).

A decisão inicial, proferida pelo Min. Relator Luiz Fux, determinou o prosseguimento do feito pelo rito abreviado (Lei 9.868/1999, art. 12). Até o momento de conclusão do presente trabalho, a demanda ainda não havia sido julgada.

## 3.4 PARAMETROS PARA A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS PARA SATISFAÇÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

Diante da amplitude dos poderes conferidos – ao menos abstratamente – aos magistrados pelo enunciado do art. 139, IV, do CPC/2015, passa-se agora à análise de algumas

<sup>15</sup> STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle. Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o árbitro? **Revista Consultor Jurídico**, 25 ago. 2016.

<sup>16</sup> Autuada em 11/05/2018 (numeração única: 0070735-42.2018.1.00.0000), tendo como relator designado o Min. Luiz Fux.

das diretrizes apontadas pela doutrina para a aplicação de medidas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias, apontando-se, quando pertinentes, entendimentos jurisprudenciais acerca do tema. Por razões metodológicas, o presente subcapítulo será dividido em 4 seções, analisando-se individualmente os critérios comumente apontados pelas fontes analisadas – e que são alvo de divergência entre os diferentes autores –, tomando em conta os respectivos posicionamentos favoráveis e contrários a cada um deles.

#### 3.4.1 Da natureza do título executivo que lastreia a exigibilidade da prestação

A presente seção pretende analisar eventuais distinções pertinentes à aplicação de medidas executivas atípicas com base no título executivo que fundamenta a exigibilidade da prestação pecuniária. Para tanto, serão examinadas as possibilidades de adoção dessas medidas (a) para satisfação de obrigações lastreadas em títulos executivos extrajudiciais; (b) para efetivação de tutelas provisórias concedidas por decisões interlocutórias; e (c) em cumprimento provisório de sentença.

Segundo Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Arenhart e Daniel Mitidiero, as execuções lastreadas em títulos extrajudiciais adotam o modelo da “*tipicidade das formas executivas*”, uma vez que, “nesses casos, os documentos que baseiam a execução não têm origem na atividade jurisdicional do Estado”, sendo, portanto, pertinente a limitação das respectivas técnicas executivas “a fim de evitar injustas incursões sobre a esfera do executado”<sup>17</sup>.

Em sentido similar, Eduardo Talamini diferencia a amplitude das medidas aplicáveis nas execuções fundadas em título judicial e extrajudicial: no primeiro caso, “há o direto e imediato comando judicial determinando a efetivação do direito”, verificando-se um maior controle por parte do juiz quanto ao mérito da pretensão; no segundo, “o juiz limita-se a autorizar a execução” mediante apresentação do respectivo título. Dessa forma, em se tratando de cumprimento de sentença, o “poder geral de medidas executivas” confere amplos poderes para efetivação da tutela relativa aos deveres de fazer e não fazer, e, em menor medida, à tutela para entrega de coisa – prevalecendo, para estas, a disciplina sub-rogatória tipificada. Quanto às execuções de títulos extrajudiciais e de prestações pecuniárias (independentemente da natureza do título), as providências autorizadas pelo art. 139, IV, do CPC/2015 “não são utilizáveis contra o condenado diretamente para impor o próprio cumprimento da obrigação”,

---

<sup>17</sup> MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 791.

aplicando-se, todavia, indistintamente para os “deveres processuais de colaboração e não obstrução da atuação executiva”<sup>18</sup>.

Representa, todavia, corrente minoritária aquela que restringe a aplicabilidade das medidas executivas atípicas para as execuções de títulos judiciais, prevalecendo na doutrina<sup>19</sup> e na jurisprudência<sup>20</sup> o entendimento de que as referidas medidas são também aplicáveis naquelas fundadas em títulos extrajudiciais<sup>21</sup>.

Marcos Youji Minami fundamenta a admissibilidade de medidas atípicas em execuções de títulos extrajudiciais a partir de uma leitura sistêmica do CPC/2015. Nesse sentido, destaca a “consagração em letra de lei do princípio da efetividade”, representado pelo art. 4º do CPC/2015, e que, em se verificando no caso concreto que “o procedimento previsto não é suficiente para a realização do direito, a partir da ponderação dos bens jurídicos colidentes, ele deve abrir espaço aos meios atípicos de efetivação (proibição ao *non factibile*)”. Para ele, a “ausência ou inadequação de meios executivos não pode ser a resposta ao jurisdicionado”, sendo necessário “prestigiar o direito fundamental de tutela executiva”. Inserido na Parte Geral, o art. 139 aplica-se a todos os procedimentos previstos no CPC/2015, “inclusive, nas execuções fundadas em títulos executivos extrajudiciais”, havendo previsão legal expressa acerca da subsidiariedade da disciplina do cumprimento de sentença ao processo de execução (CPC/2015, art. 771, parágrafo único)<sup>22</sup>.

Sob um ângulo diverso, vejam-se as reflexões de Daniel Amorim Assumpção Neves:

Ao se tomar o dispositivo legal [art. 139, IV, do CPC/2015] por sua literalidade, poder-se-á alegar que no cumprimento de sentença não existe uma ordem do juiz, e sim uma condenação do réu a pagar quantia certa, enquanto no cumprimento de sentença nem isso [...]. Esse entendimento, entretanto, não deve ser prestigiado. [...] a ordem na verdade não consta do título executivo que permite a prática de atos executivos, e sim da decisão do juiz que especificamente determina a adoção das medidas de execução indireta. A ordem, portanto, decorre da fundamentada decisão judicial que determina ao executado o cumprimento de sua obrigação e já indica que a consequência de sua inércia será a piora em sua situação prática [...]<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> TALAMINI, Eduardo. Poder geral de adoção de medidas coercitivas e sub-rogatórias nas diferentes espécies de execução. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 284, 2018, versão *online*, n.p.

<sup>19</sup> THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 239; WOLKART, 2019, p. 654-655; DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 107; BORGES, 2019, p. 224; ARAUJO, Luciano Vianna. A atipicidade dos meios executivos na obrigação de pagar quantia certa. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 270, 2017, versão *online*, n.p.

<sup>20</sup> Ver seção 3.5, *infra*.

<sup>21</sup> Neste sentido, veja-se o enunciado 12 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados: “O art. 139, IV, do CPC/2015 traduz um poder geral de efetivação, permitindo a aplicação de medidas atípicas para garantir o cumprimento de qualquer ordem judicial, inclusive no âmbito do cumprimento de sentença e no processo de execução baseado em títulos extrajudiciais”

<sup>22</sup> MINAMI, Marcos Youji. Da vedação ao *non factibile*: uma justificativa às medidas executivas atípicas. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 288, 2019, versão *online*, n.p.

<sup>23</sup> NEVES, 2017, n.p.

No que tange ao cumprimento provisório de sentença<sup>24</sup>, tem-se que a exequibilidade das decisões judiciais ainda impugnáveis pela via recursal encontra-se alicerçada pelos arts. 995 e 1.012, §§ 1º e 2º, ambos do CPC/2015. Tais provimentos, sejam eles sentenças ou decisões de julgamento antecipado parcial do mérito (CPC/2015, art. 356), são exarados mediante cognição exauriente (ainda que não definitiva)<sup>25</sup>, do que decorre a presunção de um significativo grau de legitimidade referente ao conteúdo decisório.

Nos termos do art. 520, *caput*, o cumprimento provisório da sentença “será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo”, respeitadas algumas particularidades dispostas em seus incisos. Dentre elas, pode-se destacar a responsabilidade do exequente por eventuais danos causados ao executado caso se verifique a reforma da decisão (inciso I) e a necessidade de “caução suficiente e idônea” nas circunstâncias relativas a modificações na esfera patrimonial do executado ou nas quais “possa resultar grave dano ao executado” (inciso IV), dispensada nas hipóteses do art. 521. Da leitura dos referidos dispositivos, evidencia-se a possibilidade de se conferir uma tutela satisfativa ao exequente, ainda que mediante observância das restrições legais<sup>26</sup>.

Sem prejuízo das particularidades decorrentes da natureza provisória do título executivo – especificamente aquelas pertinentes às garantias do executado para compensação de eventuais prejuízos por este incorridos –, parece-nos não haver quaisquer empecilhos à adoção de medidas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias em tais procedimentos. Não é outro senão o entendimento da doutrina analisada<sup>27</sup>.

Potencialmente mais controversa, todavia, é a possibilidade de utilização de medidas atípicas em sede de tutela de urgência, uma vez que fundada em cognição meramente sumária das razões alegadas. De qualquer modo, ressalvada a existência de posicionamentos

<sup>24</sup> “Chama-se de provisória, a teor do art. 520, *caput*, a execução fundada em provimento impugnado mediante recurso desprovido de efeito suspensivo. [...] Embora de uso corrente, a palavra ‘provisório’ não representa adequadamente o fenômeno, porque se cuida de adiantamento ou antecipação da eficácia executiva. [...] E, de resto, ‘provisório’ é o título, não a execução em si, que se processa da mesma forma que a definitiva (art. 520, *caput*)” (ASSIS, 2018, p. 460-461).

<sup>25</sup> “A sentença, ainda que impugnada mediante recurso, não pode ser confundida com as tutelas fundadas em probabilidade, como a tutela antecipatória concedida antes de se deferir às partes a produção de todas as provas que são necessárias para o juiz formar juízo de cognição hábil à definição do litígio [...]. A cognição que funda a execução da sentença na pendência da apelação não é *sumária* nem *definitiva*, mas *exauriente*” (MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2018, p. 1088).

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 1092.

<sup>27</sup> Dentre outros: BORGES, 2019, p. 228-232; DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 107.

contrários<sup>28</sup>, resta inequivocamente reconhecida, em grande medida, a admissibilidade dessas técnicas<sup>29-30</sup>.

### 3.4.2 Da necessidade de requerimento da parte interessada

A discussão acerca da necessidade de provocação da parte para a adoção de medidas também é alvo de divergências doutrinárias, verificando-se a existência de interessantes fundamentos para a sustentação dos diferentes posicionamentos a respeito do tema.

Defendendo a prescindibilidade de requerimento da parte<sup>31</sup>, Leonardo Greco sustenta que após “instaurada a execução, dispõe o juiz do poder de determinar de ofício as medidas executórias mais adequadas”<sup>32</sup>. Em sentido similar, Daniel Amorim Assumpção Neves reputa cabível a determinação de medidas atípicas de ofício pelo juiz. Isto porque, via de regra, o processo se desenvolve por impulso oficial (CPC/2015, art. 2º), sendo excepcionado tão somente nas hipóteses previstas pelo legislador (a exemplo dos arts. 782, § 3º e 854, ambos do CPC/2015). Nesse sentido, tem-se que o inciso IV – ou qualquer outro do art. 139 do CPC/2015 – nada dispõe acerca de exigência de provocação da parte<sup>33</sup>.

Não é a outra a conclusão de Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira, para quem “o juiz não está adstrito ao pedido da parte na escolha e imposição de medida executiva atípica, podendo agir até mesmo de ofício”, admitindo-se, inclusive, medida distinta daquela requerida pela parte. Nestes casos, a regra da congruência objetiva (CPC/2015, arts. 141 e 492) é mitigada, cedendo em favor do direito fundamental à tutela executiva. A única ressalva, todavia, diz respeito aos casos em que há renúncia de tais medidas em razão da celebração de negócio jurídico processual (CPC/2015, art. 190) – caso em que prevalece a vontade manifestada pelas partes<sup>34</sup>.

<sup>28</sup> ASSIS, 2018, p. 143.

<sup>29</sup> Dentre outros: TALAMINI, 2018, n.p.; DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 107; ARAÚJO, 2017, n.p.; GRECO, Leonardo. Coações indiretas na execução pecuniária. In: TALAMINI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji. (Coord.). **Medidas executivas atípicas**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2018, p. 412.

<sup>30</sup> “O fato de não existir previsão específica para a execução de tutela antecipatória de soma em dinheiro não pode significar que o legislador processual está dizendo aos operadores do direito que a sua execução deve se submeter à via expropriatória, própria à sentença condenatória. Essa interpretação retiraria qualquer utilidade à tutela antecipatória e constituiria grave afronta a ideia de que as normas processuais devem ser interpretadas à luz do direito material e dos direitos fundamentais” (MARINONI, 2018, p. 429).

<sup>31</sup> No mesmo sentido, veja-se o enunciado 396 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC): “(art. 139, IV; art. 8º) As medidas do inciso IV do art. 139 podem ser determinadas de ofício, observado o art. 8º. (Grupo: Poderes do juiz)”.

<sup>32</sup> GRECO, 2018, p. 412.

<sup>33</sup> NEVES, 2017, n.p.

<sup>34</sup> DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 121-124.

Partindo da tradicional concepção de sentença condenatória<sup>35</sup>, Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero consideram que “as tutelas pecuniárias variam em conteúdo, na medida da diversidade de situações de direito substancial” e que, atualmente, “a tutela pecuniária pode valer-se de qualquer técnica de efetivação admissível para as outras formas de prestação (art. 139, IV, do CPC)”, a ser escolhida caso a caso, observando os princípios da efetividade e da menor onerosidade<sup>36</sup>. Assim, a necessidade de provocação dependeria das técnicas processuais escolhidas para realização do direito da parte:

[O] cumprimento da decisão que impõe o pagamento de soma pode fazer-se por meio de sentença condenatória – ou seja, por execução que implique a expropriação de bens para a quitação da dívida – ou por sentenças mandamentais ou executivas. [...] Em todos os casos, porém, cabe a advertência de que a efetivação de prestações de pagamento de soma em dinheiro fundada em decisão judicial rege-se pela fungibilidade de técnicas. Assim, se a sentença tiver imposto o pagamento de soma sob pena de multa coercitiva, nada impede que o juiz altere a técnica de indução se verificar a sua inadequação [...]. Nada impede também que o juiz converta a ordem em condenação, sujeitando o devedor – mediante novo impulso do credor (art. 520, *caput*) – à execução por expropriação patrimonial. [...] Note-se que, ao contrário do que sucede com *todas* as outras prestações, as prestações pecuniárias, quando para elas for fixado, na decisão judicial, o regime de expropriação patrimonial, só podem ser efetivadas a *requerimento do credor* (art. 513, § 1.º, do CPC). Assim, para estes casos, [...], é vedado em regra ao magistrado, de ofício, proceder à sua liquidação ou efetivação sob o regime de responsabilidade patrimonial<sup>37</sup>.

Em sentido contrário, Olavo de Oliveira Neto sustenta que o sistema processual brasileiro “tem robustecido a necessidade de iniciativa da parte” e que, diante do modelo vigente, “é vedado ao magistrado determinar medidas coercitivas atípicas sem expresse requerimento da parte (art. 2º do CPC), a não ser quando a lei autorize textualmente tal conduta”<sup>38</sup>. Sem olvidar das razões apresentadas anteriormente, Marcus Borges conclui igualmente ser necessário expresse requerimento expresse da parte, apresentando diversos argumentos para tanto<sup>39</sup>. Dentre eles, cumpre destacar (a) o ônus probatório pertinente à demonstração da necessidade dessas medidas, colaborando assim para a devida fundamentação da decisão que as defere; (b) as disposições legais referentes ao necessário requerimento para instauração do cumprimento de sentença e às indicações de bens para penhora e dos meios pelos

<sup>35</sup> “[O] Código indica, ao menos para o pagamento de soma em dinheiro, que o cumprimento de sentença se faz apenas ‘a requerimento do exequente’ [...]. Desobedecer a uma sentença condenatória – ainda no direito vigente – não é infringir um comando do Estado. É apenas não adimplir uma obrigação e, portanto, sujeitar-se, sempre pela iniciativa do credor, a atos que tenderão ao adimplemento futuro. [...] A sentença condenatória brasileira, para muitos autores, e aparentemente também pela lei processual, é vista como simples exercício de declaração, sem qualquer *imperium*. Daí a razão pela qual seu descumprimento não constitui ato ilícito, mas simples ato de inadimplemento obrigacional” (ARENHART, 2018, n.p.).

<sup>36</sup> MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2018, p. 969-970.

<sup>37</sup> Ibid., p. 971-973.

<sup>38</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 261-262.

<sup>39</sup> BORGES, 2019, p. 250-262.



quais se fará a execução (CPC/2015, arts. 513 e art. 798, II, respectivamente); e, principalmente, (c) a responsabilidade do exequente nas hipóteses de execução injusta (CPC/2015, arts. 520, II e 776), considerando que os prejuízos incorridos pelo executado poderiam ser agravados sem que o exequente tenha anuído com tal possibilidade. Nestas situações, sequer se poderia cogitar de responsabilidade dos magistrados, uma vez que não se enquadram nas hipóteses previstas do art. 143 do CPC/2015, quais sejam, dolo ou fraude (inciso I) e recusa, omissão, ou retardamento de providência judicial sem justo motivo (inciso II).

### 3.4.3 Da aplicação supletiva (ou subsidiária) das medidas executivas atípicas

Também controversa é a discussão acerca do caráter supletivo (ou subsidiário) das medidas executivas atípicas, envolvendo diversas considerações acerca da natureza da prestação exequenda e os regramentos das respectivas técnicas executivas dispostas no CPC/2015. Parcela significativa<sup>40</sup> da doutrina – quiçá majoritária – sustenta a aplicação meramente subsidiária das medidas atípicas. Em relevante exposição acerca dos fundamentos comumente apontados por aqueles que defendem esta tese, asseveram Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira:

[O] CPC cuidou de, em mais de cem artigos, pormenorizar o procedimento da execução por quantia certa, numa clara opção pela tipicidade *prima facie*. O detalhamento legal da execução por quantia é resultado de séculos de consolidação de regras compreendidas como inerentes ao devido processo legal [...]. A tipicidade *prima facie* das medidas na execução por quantia certa é confirmada pelo disposto nos arts. 921, III, e 924, V, ambos do CPC. [...] Ora, se a atipicidade fosse a regra, a ausência de bens penhoráveis não deveria suspender a execução, bastando ao juiz determinar outras medidas necessárias e suficientes à satisfação do créditos. [...] O inciso IV do art. 139 não poderia ser compreendido como um dispositivo que simplesmente tornaria opcional todo esse extenso regramento da execução por quantia. Essa interpretação retiraria o princípio do sistema do CPC e, por isso, violaria o postulado hermenêutico da integridade, previsto no art. 926, CPC. Não bastasse isso, essa interpretação é perigosa: a execução por quantia se desenvolveria simplesmente de acordo com o que pensa o órgão julgador, e não de acordo com o que o legislador fez questão de, exhaustivamente, pré-determinar<sup>41</sup>.

Leonardo Greco sustenta o caráter excepcional e subsidiário das medidas atípicas “como imperativo legítimo da confiança legítima e da segurança jurídica”. Assim, o procedimento sub-rogatório tipificado deverá ser substituído tão somente “se impossível ou excessivamente

<sup>40</sup> Dentre outros: TALAMINI, 2018, n.p.; THEODORO JÚNIOR, 2019, p. 239-240; NEVES, 2017, n.p. No mesmo sentido, veja-se o enunciado 12 do FPPC: “(arts. 139, IV, 523, 536 e 771) A aplicação das medidas atípicas sub-rogatórias e coercitivas é cabível em qualquer obrigação no cumprimento de sentença ou execução de título executivo extrajudicial. Essas medidas, contudo, serão aplicadas de forma subsidiária às medidas tipificadas, com observação do contraditório, ainda que diferido, e por meio de decisão à luz do art. 489, § 1º, I e II. (Grupo: Execução)”.

<sup>41</sup> DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 108-109.

onerosa a satisfação da prestação pelos meios sub-rogatórios ordinários”. Nesse sentido, Greco intitula o chamado “requisito da necessidade da medida de coerção indireta”, uma vez que, “sem ela o exequente não receberá o seu crédito”<sup>42</sup>.

Considerando a “razoável tipicidade” das diversas medidas sub-rogatórias e coercitivas dispostas no sistema de execução por quantia certa e a rejeição de um modelo relativamente atípico quando do processo legislativo do CPC/2015, Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini reputam “insustentável a ideia de que todas aquelas regras deveriam ser deixadas de lado, com o juiz estando liberado para adotar providências atípicas”. Para estes autores, as medidas atípicas nessas execuções se prestam a “assegurar que o devedor cumpra as condutas elementares de boa-fé e cooperação perante o juízo executivo”, não sendo cabíveis para efetivar o cumprimento da obrigação principal – “o que dependeria de disciplina específica no cumprimento de sentença”<sup>43</sup>.

Em sentido contrário, Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero apontam que, em se tratando de prestações pecuniárias impostas por título judicial, o enunciado normativo do art. 139, IV, do CPC/2015, permite “concluir que também para esse tipo de prestação vigora o modelo da *atipicidade* de formas executivas”, podendo o magistrando “impor o pagamento de soma sob ameaça do emprego de qualquer técnica de indução ou de sub-rogação que entenda mais adequado ao caso concreto”<sup>44</sup>; no mesmo sentido é o posicionamento de Olavo de Oliveira Neto, para quem “seria absurdo ter que esgotar um meio executivo como um requisito prévio que deve ser atendido para viabilizar a aplicação das medidas coercitivas”<sup>45</sup>.

A respeito do tema, Arenhart sustenta a existência de “um direito fundamental, outorgado ao exequente, à tutela efetiva, adequada e tempestiva de seus direitos”. Partindo da premissa de que o critério orientador da tutela executiva é o princípio da efetividade, a extensão da atipicidade dos meios executivos às prestações pecuniárias confere integridade ao sistema, oferecendo tratamento isonômico às diferentes prestações. Caso o legislador reputasse excessivos os poderes decorrentes do art. 139, IV, “nem de forma subsidiária ele os conferiria aos magistrados”. Dessa forma, a suspensão do processo em razão da ausência de bens penhoráveis aplica-se tão somente quando “a técnica a ser empregada seja a expropriação”: em sendo adotadas quaisquer outras, o preceito é inaplicável. Assim, diante do sistema instituído pelo CPC/2015, o magistrado tem o poder de escolher, entre as diversas técnicas executivas,

---

<sup>42</sup> GRECO, 2018, p. 412.

<sup>43</sup> WAMBIER; TALAMINI, 2017, p. 195-197.

<sup>44</sup> MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2018, p. 791.

<sup>45</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 243-244.

aquela que melhor se adequa ao caso concreto – sem olvidar, todavia, da perspectiva panprocessual, tomando em conta a ideia de efetividade da jurisdição como um todo<sup>46</sup>.

Em obra publicada recentemente, fruto de sua tese de doutoramento, Erik Navarro Wolkart sustenta expressamente o cabimento de medidas executivas atípicas, rejeitando quaisquer distinções referentes à natureza da prestação exequenda ou ao título executivo que a lastreia:

[A]s medidas do art. 139, IV, típicas ou atípicas, podem aplicar-se sem qualquer subsidiariedade à execução, judicial ou extrajudicial, de obrigações de pagar quantia certa, sem qualquer *discriminação* em relação aos meios executivos para cumprimento das demais espécies de obrigação. Isso ocorre por um motivo muito simples [...]: a ação apta à tutela do direito material depende da técnica processual idônea à situação de direito material litigiosa. Se todas as técnicas, típicas e atípicas, estão à disposição, [...] o juiz tem o *dever cooperativo* de escolher fundamentadamente a mais adequada, sem *qualquer ordem de preferência, regra geral ou subsidiariedade*, de modo a cumprir com os objetivos do art. 6º do CPC/2015, evitando que o réu descumpra a decisão judicial.<sup>47</sup>

Conforme se verá abaixo (seção 3.5), a jurisprudência do STJ vem sedimentando o posicionamento de que, via de regra, as medidas atípicas devem ser adotadas de forma subsidiária – excepcionando-se tal entendimento em hipóteses nas quais se constatem comportamentos infringentes dos princípios da boa-fé objetiva e da cooperação.

#### 3.4.4 Das medidas atípicas em espécie

Muito se discute acerca da amplitude e da natureza das sanções processuais aplicáveis para efetivação de prestações pecuniárias, considerando, dentre outros aspectos, potenciais violações de direitos fundamentais do devedor e o princípio da dignidade da pessoa humana. Aspecto comum a todas as obras analisadas, todavia, é a necessidade de devida fundamentação da decisão que as concede, tomando em conta as circunstâncias observadas no caso concreto.

Com isto em vista, passa-se agora ao exame de algumas espécies apontados pela doutrina e pela jurisprudência, partindo-se de três categorias, quais sejam, (a) prisão coercitiva do devedor; (b) multas coercitivas, e (c) medidas restritivas de direitos. Não se pretende, naturalmente, indicar exaustivamente todas as providências cabíveis – como não poderia deixar de ser, considerando a natureza atípica de tais medidas –, mas tão somente apresentar algumas reflexões a respeito de cada uma dessas categorias.

<sup>46</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o “é ruim, mas eu gosto”? **Revista de Processo**. São Paulo, n. 281, 2018, versão *online*, n.p.

<sup>47</sup> WOLKART, 2019, p. 654-655.

A prisão coercitiva do devedor – prevista para o cumprimento de obrigações alimentares (CPC/2015, arts. 528 e 911) – foi tratada em diversas das obras analisadas para elaboração deste trabalho, não tendo sido encontrados quaisquer posicionamentos favoráveis à sua admissibilidade para efetivação de prestações não alimentares. Insta salientar, a título informativo, que, ao contrário do posicionamento do STJ referente à inaplicabilidade da referida medida nas execuções cujo crédito exequendo decorra de atos ilícitos<sup>48</sup> ou honorários advocatícios<sup>49</sup>, diversos autores sustentam a sua admissibilidade no bojo de execuções de créditos alimentares de quaisquer origens<sup>50</sup>.

Mais controversas, todavia, são as multas coercitivas atípicas impostas com fulcro no art. 139, IV, do CPC/2015 – tidas por alguns como inaplicáveis. A respeito do tema, vejam-se as reflexões de Eduardo Talamini:

[N]a execução contra devedor solvente fundada em título judicial, o executado responde por multa de dez por cento da condenação, não a cumprir no prazo de quinze dias (CPC, art. 523, § 1º). Trata-se de medida de coerção típica. Se o legislador se ocupou em estabelecê-la, prevendo-a em percentual único e inalterável, não há como, invocando-se o art. 139, IV, estabelecer-se outra multa, em percentual diverso, ou outras medidas coercitivas, atípicas [...]. Ademais, em qualquer execução por quantia, o devedor também se submete a uma medida coercitiva de incidência periódica – de há muito adotada: o pagamento de juros, que, nos débitos cobrados em juízo, são superiores aos propiciados por qualquer aplicação financeira [...]. Sabe-se, no entanto, que os juros – ainda quando elevados (como são os praticados na economia brasileira) – dificilmente demovem o devedor de sua intenção de não pagar. Não há razões para apostar que, sob o nome de “multa periódica”, os juros teriam maior sucesso<sup>51</sup>.

Em sentido contrário, outros autores defendem a sua aplicação para coagir o executado a colaborar com o processo de execução<sup>52</sup>. Nesse sentido, Luiz Guilherme Marinoni, partindo do pressuposto de que a multa prevista no art. 523, § 1º do CPC/2015 se reveste de caráter punitivo<sup>53</sup>, sustenta o cabimento de multas coercitivas atípicas “de modo a evitar a conduta de não pagar ou de forma a constranger a conduta de pagar”, podendo ser utilizada para incentivar a indicação de bens para penhora na ordem do art. 835 do CPC/2015. Isto porque entende que “*o simples fato de o infrator poder trabalhar com o dinheiro durante o tempo de demora da execução por expropriação lhe traz benefício, com igual prejuízo ao lesado*”, sendo atualmente “instrumento que tem vinculação única com a efetividade da tutela pecuniária”<sup>54</sup>, podendo-se,

<sup>48</sup> STJ, HC 182228/SP, 4ª Turma, Rel.: Min João Otávio de Noronha, J. em: 01/03/2011, DJe: 11/03/2011.

<sup>49</sup> STJ, HC 224769/DF, 3ª Turma, Rel.: Paulo de Tarso Sanseverino, J. em: 14/02/2012, DJe: 17/02/2012.

<sup>50</sup> NEVES, 2017, n.p.; TALAMINI, 2018, n.p.; MARINONI, ARENHART, MITIDIERO, 2018, p. 1108-1111.

<sup>51</sup> TALAMINI, 2018, n.p.

<sup>52</sup> OLIVEIRA NETO, 2019, p. 241; NEVES, 2017, n.p.; DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 129.

<sup>53</sup> Ver 2.4.2, *supra*.

<sup>54</sup> MARINONI, 2018, p. 420-422.

inclusive, cumulá-la com a multa punitiva prevista no art. 774 do CPC/2015<sup>55</sup>. Em resposta às críticas daqueles que adotam entendimento contrário acerca da questão, assevera Marinoni:

*O desejo da multa coercitiva – como acontece em qualquer caso – é convencer o demandado a adimplir [...]. A multa coercitiva certamente não deve ser utilizada contra quem não possui patrimônio, pois logicamente não serve para obrigar o despido de patrimônio a pagar [...]. Acontece que, se o valor do débito puder ser aumentado com a multa, o valor final encontrado será, em tese, exigível [...]. Entretanto, não há procedência em admitir que o valor da multa possa ser retirado do patrimônio que venha a ser adquirido pelo devedor, já que a sua natureza é coercitiva [...] e não punitiva [...]. Nem se diga, reincidindo-se no equívoco, que essa multa é inócua.. É certo que, se o condenado, diante da multa imposta, restar silente, os bens poderão não ser localizados e, nessas condições, a multa não incidirá. Ocorre que é exatamente aí que importa o efeito intimidatório da multa<sup>56</sup>.*

Dentre as medidas restritivas de direitos, tem-se como exemplos mais emblemáticos apontados pela doutrina e pela jurisprudência a apreensão do passaporte e a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do devedor. Conforme se verá adiante<sup>57</sup>, apesar da divergência jurisprudencial observada em muitos tribunais pátrios, a jurisprudência do STJ vem se posicionando favoravelmente quanto ao respectivo cabimento. Dito isso, importa tecer algumas considerações quanto ao tratamento doutrinário conferido ao tema.

Embora sem descartar absoluta e abstratamente a possibilidade de adoção de tais medidas, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira sustentam que a “retenção de documentos pessoais é medida que termina por restringir a liberdade de ir e vir do executado, mostrando-se, a princípio, não razoável” e desproporcional. Dessa forma, entendem que outras medidas menos gravosas poderiam ser consideradas previamente – a exemplo da restrição do uso de cartões de crédito<sup>58</sup>.

Posicionando-se contrariamente a tais providências, vejam-se as reflexões de Luiz Guilherme Marinoni:

*A apreensão do passaporte, quando analisada como meio executivo à luz da dogmática da execução civil e das sub-regras da regra da proporcionalidade – meio idôneo e menor restrição possível –, não apenas não é tão idônea, como impõe maior restrição do que a multa coercitiva. Parece que não se percebeu que, diante do devedor que possui patrimônio, a multa em valor significativo tem muito mais efetividade do que a apreensão de passaporte ou de carteira de motorista. Também não se enxerga que a sua apreensão é muito mais violenta do que a imposição da multa [...]. Ora, a multa coercitiva só pode deixar de funcionar e, assim, de dissuadir o executado de não pagar se este não tiver bens. Ocorre que, nesse caso, além de a execução ser infrutífera,*

<sup>55</sup> MARINONI, 2018, p. 425.

<sup>56</sup> Ibid., p. 423-424.

<sup>57</sup> Seção 3.5, *infra*.

<sup>58</sup> DIDIER JR.; CUNHA; BRAGA; OLIVEIRA, 2019, p. 117-118.

obviamente não se pode restringir qualquer direito do devedor, como acontece quando se restringe a sua liberdade para viajar ou dirigir<sup>59</sup>.

Sem ignorar a pertinência dos argumentos apresentados, não parecem eles representar o melhor entendimento a respeito do tema, uma vez que, em se verificando o inadimplemento voluntário da obrigação de pagar quantia, impõe-se injustamente ao exequente o ônus de buscar o patrimônio oculto do devedor. Neste sentido, acompanhando-se o entendimento de outros autores<sup>60</sup>, cumpre destacar as observações de Sérgio Cruz Arenhart acerca de tais providências:

As críticas veiculadas normalmente acentuam eventual violação a direitos fundamentais (de ir e vir, ou algo semelhante) que estariam sendo violados por essas ordens judiciais [...]. Afinal, há mesmo um direito fundamental a viajar para o exterior que estaria sendo violado pela ordem de apreensão do passaporte? Ou há um direito fundamental a dirigir veículos, que foi infringido pela determinação de retenção da habilitação de dirigir? Claro que não! É evidente que pode haver situações específicas em que essas restrições a direitos possam atingir outros direitos específicos (o direito ao trabalho ou coisa parecida), mas aí o problema é pontual, e não deslegitima o emprego, ao menos em abstrato, dessas técnicas como importantes mecanismos de indução [...]. Ademais, deve-se sempre recordar que os mecanismos de indução partem de uma premissa fundamental: o ordenado tem condições de cumprir a ordem e, portanto, sua resistência é desarrazoada [...]. O emprego dessas técnicas, portanto, é ferramenta posta à disposição do Judiciário e deve ser empregada, até mesmo por conta das vicissitudes do uso da multa coercitiva na prática nacional [...]. Seja como for, se o sistema desvirtuou o papel coercitivo da multa, impõe-se encontrar outras ferramentas que possam ocupar essa função. E a restrição a direitos, sem dúvida, encontra campo fértil nesse ambiente<sup>61</sup>.

### 3.5 MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS SOB A PERSPECTIVA DO STJ

Transcorridos quase quatro anos desde o início da vigência do CPC/2015, os tribunais pátrios colacionam diversos julgados que enfrentaram questões referentes à adoção de medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias. Com isto em vista, a presente seção pretende examinar o tratamento conferido pela jurisprudência do STJ a respeito do tema. Por razões metodológicas<sup>62</sup>, optou-se por analisar apenas as demandas julgadas entre 18/03/2016 e 31/09/2019 apontadas ao se utilizar a expressão “139, IV” como parâmetro de busca na ferramenta de pesquisa constante do sítio eletrônico do STJ<sup>63</sup>.

<sup>59</sup> MARINONI, 2018, p. 427-428.

<sup>60</sup> NEVES, 2017, n.p.; DOUTOR, Maurício Pereira. Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: o recurso à ponderação como técnica de solução das colisões e a constitucionalidade da regra do art. 139, IV, do CPC/2015. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 286, 2018, versão *online*, n.p.

<sup>61</sup> ARENHART, 2018, n.p.

<sup>62</sup> Sem olvidar da existência de outros julgados que tratam acerca da matéria em questão, consideramos que os pronunciamentos examinados mostram-se suficiente para extrairmos relevantes conclusões acerca da perspectiva do referido Tribunal.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/>

Em que pese terem sido encontrados 20 acórdãos, 4 deles se referiram ao art. 139, IV, do CPC/2015 em contexto não relacionado a prestações pecuniárias<sup>64</sup> e outros 6 o mencionaram como fundamento para apreciação de alguma outra medida, sem quaisquer considerações acerca da atipicidade dos meios executivos<sup>65</sup>. Dito isso, passa-se agora à análise dos aspectos considerados nos demais casos examinados, tomando em conta as diretrizes apontadas anteriormente (seção 3.4, *supra*).

Inicialmente, cumpre consignar que, até o momento, a jurisprudência não analisou detidamente quaisquer distinções pertinentes às medidas atípicas cabíveis em execuções de prestações pecuniárias lastreadas por títulos judiciais e extrajudiciais em matéria cível. A título exemplificativo, a 3ª Turma do STJ analisou recurso interposto em face de decisão do Tribunal de origem que, no âmbito de execução de título extrajudicial (cheque), indeferiu a suspensão da CNH e a apreensão do passaporte do devedor. Muito embora tenha desprovido o mérito recursal, aquele órgão reconheceu explicitamente o cabimento de medidas coercitivas atípicas em execuções dessa natureza, tendo negado provimento ao recurso tão somente em razão da ausência de sinais de ocultação do patrimônio do executado<sup>66</sup>. Em outro julgado, a 4ª Turma manteve a suspensão do CNH do devedor – medida esta determinada no âmbito de execução de título extrajudicial (contrato de prestação de serviços educacionais)<sup>67</sup>.

No que tange às execuções de créditos fiscais e de multas aplicadas por entes de direito público, cumpre tecer algumas considerações adicionais. Sem olvidar da aplicação do art. 139, IV, do CPC/2015 a todas as execuções, a 1ª Turma do STJ, quando do julgamento do HC 453870/PR<sup>68</sup>, concedeu *habeas corpus* em favor de paciente que figurava no polo passivo de uma execução fiscal, afastando a suspensão da CNH e a apreensão do passaporte determinadas pelo Tribunal de origem. Naquela ocasião, asseverou que “o Estado é *superprivilegiado* em sua condição de credor”, gozando de inúmeras vantagens em face dos credores ordinários, e que “*medidas atípicas aflitivas pessoais* não se firmam placidamente no executivo fiscal”, considerando que a “aplicação delas, nesse contexto, resulta em excessos”. Em outra ocasião,

<sup>64</sup> BRASIL, STJ, Quinta Turma, RMS 55109/PR (Rel.: Min. Reynaldo Soares da Fonseca, J. em: 07/11/2017, DJe: 17/11/2017), AgRg no RMS 54105/RS (Rel.: Min. Felix Fischer, J. em: 24/04/2018, DJe: 09/05/2018), AgRg no RMS 54887/RS (Rel.: Min. Felix Fischer, J. em: 05/06/2018, DJe: 11/06/2018) e AgRg no RMS 56706/RS (Rel.: Min. Felix Fischer, J. em: 05/06/2018, DJe: 11/06/2018).

<sup>65</sup> BRASIL, STJ, HC 422699/SP (3ª Turma, Rel.: Min. Nancy Andrighi, J. em: 26/06/2018, DJe: 29/06/2018), REsp 1736217/SC (2ª Turma, Rel.: Min. Francisco Falcão, J. em: 21/02/2019, DJe: 01/03/2019), REsp 1799572/SC (2ª Turma, Rel.: Min. Francisco Falcão, J. em: 09/05/2019, DJe: 14/05/2019), REsp 1762462/RJ (2ª Turma, Rel.: Min. Hernan Benjamin, J. em: 13/08/2019, DJe: 05/09/2019), REsp 1827617/PR (2ª Turma, Rel.: Min. Hernan Benjamin, J. em: 10/09/2019, DJe: 18/10/2019), REsp 1827340/RS (2ª Turma, Rel.: Min. Hernan Benjamin, J. em: 17/09/2019, DJe: 11/10/2019).

<sup>66</sup> BRASIL, STJ, REsp 1788950/MT, Rel.: Min. Nancy Andrighi, J. em: 23/04/2019, DJe: 26/04/2019.

<sup>67</sup> BRASIL, STJ, RHC 97876/SP, Rel.: Luís Felipe Salomão, J. em: 05/06/2018, DJe: 09/08/2018.

<sup>68</sup> BRASIL, STJ, Rel.: Min. Napoleão Nunes Maia Filho, J. em: 25/06/2019, DJe: 15/08/2019.

a 2ª Turma deu provimento ao recurso formulado pelo Ibama, a fim de determinar medida sub-rogatória referente à expedição de ofício à B3 S.A. pleiteando informações acerca de eventuais ativos mobiliários registrados em nome do executado. Reconheceu-se “que tal medida judicial evita a indevida oposição de sigilo bancário às autarquias”, uma vez que se mostrava potencialmente relevante para conferir efetividade à execução em curso<sup>69</sup>.

Com relação à necessidade de provocação da parte para instauração de medidas atípicas, muito embora a maioria dos julgados tenha indicado a existência de requerimento expresso da parte, a 3ª Turma do STJ apreciou recurso decorrente da denegação de *habeas corpus* impetrado em face de decisão do Juízo de 1º grau que, no bojo de um processo em fase de cumprimento de sentença (ação de cobrança), determinou, de ofício, dentre outras medidas, a suspensão da CNH do devedor e o prévio oferecimento de garantia da execução como condição para a saída do país<sup>70</sup>. No respectivo acórdão<sup>71</sup>, consignou-se que o legislador optou por possibilitar “a imposição, pelo magistrado, até mesmo de ofício, da providência que, à luz do caso concreto, revele-se mais apropriada à efetivação do direito”, reconhecendo a validade dos meios executivos adotados.

Da análise conjunta dos julgados, denota-se o nítido caráter subsidiário conferido às medidas coercitivas atípicas. A respeito do tema, asseverou a 3ª Turma do STJ que a decisão que determina a adoção de medidas atípicas “deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente”<sup>72</sup>. Em outra oportunidade, contudo, manifestou-se a 2ª Turma no sentido de que, em se verificando um comportamento infringente da boa-fé objetiva, pode o magistrado “desfrutar da possibilidade de utilizar-se de meios executivos atípicos antes mesmo de exaurida a via típica”, sendo “perfeitamente possível que a execução seja inaugurada a partir do manejo de mecanismos indutivos ou sub-rogatórios atípicos”, tendo, naquele caso, deferido a apreensão do passaporte do devedor de um crédito relativo a uma multa imposta pelo Ibama<sup>73</sup>.

Alguns acórdãos, para além de destacar a subsidiariedade dos meios atípicos, apontam para a necessária constatação de indícios de ocultação do patrimônio do devedor. Neste sentido, veja-se o trecho abaixo, proferido pela 2ª Turma:

---

<sup>69</sup> BRASIL. STJ. REsp 1809329/RS, 2ª Turma, Rel.: Min. Francisco Falcão, J. em: 10/09/2019, DJe: 16/09/2019.

<sup>70</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Decisão interlocutória, Autos n. 0052548-48.2012.8.26.0562, 4ª Vara Cível de Santos/SP, DJe: 27/09/2017.

<sup>71</sup> BRASIL, STJ, RHC 99606/SP, 3ª Turma, Rel.: Min. Nancy Andrighi, J. em: 13/11/2018, DJe: 20/11/2018.

<sup>72</sup> BRASIL, STJ, AgInt no REsp 1785726/DF, 3ª Turma, Rel.: Min. Marco Aurelio Bellizze, J. em: 19/08/2019, DJe: 22/08/2019.

<sup>73</sup> BRASIL. STJ. HC 478963/RS, Rel.: Min. Francisco Falcão, J. em: 14/05/2019, DJe: 21/05/2019.



Frise-se, aqui, que a possibilidade do adimplemento – ou seja, a existência de indícios mínimos que sugiram que o executado possui bens aptos a satisfazer a dívida – é premissa que decorre como imperativo lógico, pois não haveria razão apta a justificar a imposição de medidas de pressão na hipótese de restar provada a inexistência de patrimônio hábil a cobrir o débito. **Em suma, é possível ao juiz adotar meios executivos atípicos desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio apto a cumprir a obrigação a ele imposta, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.**<sup>74</sup>

Todos os acórdãos analisados apontam para a necessidade de robusta fundamentação quando do deferimento de meios atípicos – como não poderia deixar de ser, considerando disposições constitucionais (CF/1988, art. 93, IX) e infraconstitucionais (CPC/2015, art. 489, § 1º) expressas, considerando, ademais, a necessidade de observância ao postulado da proporcionalidade.

A maioria dos julgados tratou acerca de medidas coercitivas atípicas consistentes na suspensão da CNH e na apreensão do passaporte do devedor. Ainda que muitos deles as tenham indeferido – considerando a desproporcionalidade em face das circunstâncias do caso concreto –, reconheceu-se abstratamente o respectivo cabimento mediante preenchimento das diretrizes indicadas acima. Em um dos acórdãos, a 4ª Turma do STJ, apreciando *habeas corpus* impetrado em face de acórdão que reputou legítima a proibição imposta aos devedores de viajar para fora da comarca em que tramita processo de insolvência civil, deferiu liminarmente a suspensão da medida. Embora tenha considerado “profundamente lamentável a conduta do devedor, há mais de treze anos protelando o andamento da insolvência”, entendeu ser ilegal a medida imposta, “uma vez que restringe o direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável”<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> BRASIL. STJ. REsp 1788950/MT e REsp 1782418/RJ (3ª Turma, Rel.: Nancy Andrighi, J. em: 23/04/2019, DJe: 26/04/2019 (grifo nosso).

<sup>75</sup> BRASIL. STJ. HC 525378/RJ, 4ª Turma, Rel.: Luis Felipe Salomão, J. em: 17/09/2019, DJe: 11/10/2019.

## CONCLUSÃO

Sob uma perspectiva histórica, tem-se que a execução civil percorreu um longo (e árduo) caminho até o desenvolvimento de uma concepção humanista de responsabilidade, dotada de um caráter limitado e meramente patrimonial, não mais afligindo o corpo do devedor. Em momento subsequente, refletindo as ideologias e valores vigentes à época, concebeu-se um modelo de processo que, preocupado com potenciais arbítrios praticáveis pelo Poder Público, pretendia-se absolutamente neutro, desprovido de meios coercitivos aptos a tutelar efetivamente a pluralidade de situações decorrentes do direito material. Tais concepções influenciaram profundamente o desenvolvimento do direito processual civil brasileiro.

A partir da década de 1990, ainda sob a égide do CPC/1973, em resposta às insuficiências evidenciadas a partir daquele modelo, foram observados diversas reformas legislativas aptas a conferir uma maior efetividade à tutela jurisdicional, muitas delas referentes à simplificação procedimental (*e.g.* antecipação da tutela e fase de cumprimento de sentença). No mesmo sentido, com relação às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa, foram desenvolvidos mecanismos para assegurar a tutela específica das obrigações mediante emprego de medidas executivas atípicas. Em se tratando da efetivação de prestações pecuniárias, entretanto, não foram promovidas senão tímidas inovações.

Diante do cenário apontado, o CPC/2015 trouxe indubitáveis inovações pertinentes à disciplina da tutela executiva. Com efeito, para além de sedimentar os avanços legislativos das últimas décadas, promoveu uma melhor sistematização de toda a disciplina do processo civil brasileiro. Partindo-se da redação expressa de seu art. 139, IV, inserido na Parte Geral, resta evidente a pretensão do legislador de conferir aos órgãos judiciais os meios necessários para assegurar uma maior efetividade à tutela jurisdicional, “*inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária*”, aplicando-se o dispositivo a quaisquer procedimentos disciplinados na Parte Especial do Código em questão. Mostra-se controverso, todavia, o exato alcance dos respectivos poderes dele decorrentes.

Conforme bem apontado pelas fontes examinadas, a adoção de medidas executivas atípicas deve ser vista com cautela, atribuindo-se aos magistrados um ônus argumentativo robusto e diferenciado quando da fundamentação dos provimentos que as determinam, tomando-se em conta as circunstâncias observadas no caso concreto, sob pena de traduzirem sanções civis ilícitas, desprovidas de juridicidade. Isto porque não se pode olvidar do caráter estritamente patrimonial da responsabilidade do devedor (CPC/2015, art. 789) – especialmente em se tratando de prestações pecuniárias. Assim, mostram-se cabíveis tais medidas tão somente

quando constatados indícios aptos a demonstrar que a utilização destes meios confere potencial efetividade para a satisfação da prestação devida pelo executado, devendo ser afastadas nas hipóteses em que a inadimplência decorra da mera insolvência do devedor.

Consoante se denota dos resultados da investigação apontados no último capítulo deste trabalho, tem-se que o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário reconhece a validade e as potencialidades decorrentes da utilização das medidas executivas atípicas para efetivação de prestações pecuniárias. Observa-se, contudo, a partir dos critérios por nós delineados (natureza do título executivo, necessidade de provocação da parte interessada, caráter supletivo/subsidiário em face das medidas executivas tipificadas e medidas atípicas em espécie), especialmente no âmbito doutrinário, a existência de profundas divergências acerca dos possíveis parâmetros para a delimitação de suas respectivas hipóteses de cabimento. Sob a perspectiva do STJ, por outro lado, ainda que não seja possível identificar diretrizes absolutamente inequívocas, gerais e abstratas para a aplicação dos meios executivos atípicos em quaisquer circunstâncias, cumpre destacar a existência de alguns parâmetros que vem sendo gradativamente sedimentados em sede jurisprudencial.

Partindo-se da natureza do título executivo que lastreia a execução em curso, constata-se que, em matéria cível, as demandas pautadas em títulos judiciais e extrajudiciais vem sendo tratadas indistintamente, reconhecendo-se a aplicabilidade de medidas atípicas em ambas as hipóteses; em execuções fiscais, contudo, a adoção de meios executivos atípicos indiretos não vem sendo admitidos, considerando-se, dentre outros aspectos, a natureza privilegiada dos créditos tributários. No que tange à necessidade de provocação da parte interessada, não foram encontrados quaisquer óbices à aplicação de medidas atípicas de ofício pelo magistrado, reconhecendo-se expressamente em um dos julgados tal possibilidade.

Quando comparada a adoção das medidas atípicas em face daqueles tipificadas pelo Código, denota-se o nítido caráter subsidiário conferidos às primeiras, admitindo-se excepcionalmente a adoção destas desde o início da execução mediante constatação de comportamentos infringentes à boa-fé objetiva. Por fim, com relação às diferentes espécies de medidas atípicas, observa-se a inexistência de quaisquer correlações necessárias entre a natureza da prestação exequenda e a providência adotada. A título exemplificativo, verificou-se em diversos casos a utilização de mecanismos coercitivos restritivos de direitos – a exemplo da suspensão e da apreensão de documentos pessoais do devedor – no âmbito de execuções de créditos de natureza bancária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luciano Vianna. A atipicidade dos meios executivos na obrigação de pagar quantia certa. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 270, p. 123-138, 2017. Versão *online*.

ARENHART, Sérgio Cruz. Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o “é ruim, mas eu gosto”? **Revista de Processo**. São Paulo, v. 281, p. 141-167, 2018. Versão *online*.

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 20. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa coercitiva como crédito do Estado**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/18139>. Acesso em: 08 abr. 2019.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Por um processo socialmente efetivo. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 105, p. 181-190, 2002. Versão *online*.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. 6. ed. São Paulo: EDIPRO, 2016.

BORGES, Marcus Vinícius Motter. **Medidas coercitivas atípicas nas execuções pecuniárias: parâmetros para a aplicação do art. 139, IV do CPC/2015**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 8.046-A de 2010 do Senado Federal (PLS Nº 166/10 na Casa de origem), “Código de Processo Civil”**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020140327000390000.PDF#page=434>. Acesso em: 24 out. 2019

\_\_\_\_\_. **Relatório final da comissão especial destinada a proferir o parecer ao Projeto de Lei 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil”**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/proposicao/pareceres-e-relatorios/parecer-do-relator-geral-paulo-teixeira-08-05-2013>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Justiça em números 2019**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Código de processo civil: histórico da lei**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 1, t. 1, 1974. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/177828>. Acesso em: 30 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº. 1.741, de 2010**, da Comissão Diretora, que apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4550675&ts=1567530895885&disposition=inline>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº. 956, de 2014**, da Comissão Temporário do Código de Processo Civil, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 166, de 2010, que estabelece o Código de Processo Civil. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4202793&ts=1567531221351&disposition=inline>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010 (do Senador José Sarney)**. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=455\\_0297&ts=1567530892297&disposition=inline](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=455_0297&ts=1567530892297&disposition=inline). Acesso em: 18 nov. 2019.

CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. **O princípio da eficiência no processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 30. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2014.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Ampliação dos poderes do juiz no novo CPC e princípio da legalidade. **Revista Consultor Jurídico**, 27 set. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-27/paradoxo-corte-ampliacao-poderes-juiz-cpc-principio-legalidade>. Acesso em: 01 abr. 2019.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 20. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2018. v.1.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: execução**. 9 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v.5.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução Civil**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_. O novo Código de Processo Civil brasileiro e a ordem processual civil vigente. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 247, p. 63-103, 2015. Versão *online*.

DOUTOR, Maurício Pereira. **Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: diretrizes e limites de aplicação**. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62371>. Acesso em: 01 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: o recurso à ponderação como técnica de solução das colisões e a constitucionalidade da regra do art. 139, IV, do CPC/2015. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 286, p. 299-324, 2018. Versão *online*.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; FAIRBANKS, Alexandre de Serpa Pinto. Medidas de execução indireta (típicas e atípicas) e a busca pela satisfação efetiva do direito. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 294, p. 169-194, 2019. Versão *online*.

GRAU, Eros Roberto. Nota sobre a distinção entre obrigação, dever e ônus. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 77, p. 177-183, 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66950>. Acesso em: 07 out. 2019.

GRECO, Leonardo. Coações indiretas na execução pecuniária. In: TALAMINI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji. (Coord.). **Medidas executivas atípicas**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2018.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 12. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1997. v.3.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Processo de execução**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_. **Técnica processual e tutela dos direitos**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. v.2.

\_\_\_\_\_. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. v. 3.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de; REINAS, Caroline Pastrí Pinto. A aplicação das medidas executivas atípicas do artigo 139, IV, do CPC/2015 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 286, p. 277-297, 2018. Versão *online*.

MEIRELES, Edilton. Medidas sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 247, p. 231-246, 2015. Versão *online*.

MINAMI, Marcos Youji. Da vedação ao non factibile: uma justificativa às medidas executivas atípicas. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 288, p. 181-208, 2019. Versão *online*.

\_\_\_\_\_. **Proposta de concretização dogmática das cláusulas gerais executivas do Código de Processo Civil brasileiro de 2015**. 2017. 110 f. Tese (Doutorado em Direito Público, Linha – Teoria do processo e tutela dos direitos) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2018. Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26704/1/MARCOS%20YOUJI-%20TESE\\_MINAMI\\_UFBA.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26704/1/MARCOS%20YOUJI-%20TESE_MINAMI_UFBA.pdf). Acesso em: 21 out. 2019.

MINAMI, Marcos Youji; NOGUEIRA, Natália Viana; MOREIRA, Orquídea Sampaio. Uma análise das decisões dos tribunais brasileiros acerca da atipicidade dos meios executivos à luz do art. 139, IV, do CPC/2015. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 281, p. 593-622, 2018. Versão *online*.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **Direito romano**. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v.1,

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Medidas executivas coercitivas atípicas na execução de obrigação de pagar quantia certa – Art. 139, IV, do novo CPC. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 265, p. 107-150, 2017. Versão *online*.

NUNES, Jorge Amary Maia; NÓBREGA, Guilherme Pupe da. Reflexões sobre a atipicidade das técnicas executivas e o artigo 139, IV, do CPC de 2015. **Migalhas**, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/ProcessoeProcedimento/106,MI243746,21048-Reflexoes+sobre+a+atipicidade+das+tecnicas+executivas+e+o+artigo+139>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA NETO, Olavo de. **O poder geral de coerção**. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

PIMENTEL, Alexandre Freire. Capítulo I: Análise histórica da teoria quinária e a alteração da preponderância eficaz-condenatória ante a superveniência do sincretismo processual. In: COSTA, Eduardo José da Fonseca; MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (Coord.). **Teoria quinária da ação**: Estudo em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos do seu falecimento. Salvador: Editora Jus Podivm, 2010.

SCARAMUZZO, Monica. Fotos de ostentação nas redes sociais ‘deduram’ devedores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 140, n. 48045, 11 nov. 2019. Economia e negócios, p. B1. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fotos-de-ostentacao-nas-redes-sociais-deduram-devedores,70003084419>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Curso de processo civil**: execução obrigacional, execução real, ações mandamentais. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, v.2.

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle. Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio? **Revista Consultor Jurídico**, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em: 01 nov. 2019.

TALAMINI, Eduardo. Poder geral de adoção de medidas coercitivas e sub-rogatórias nas diferentes espécies de execução. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 284, p. 139-184, 2018. Versão *online*.

TARUFFO, Michelle. A atuação executiva dos direitos: perfis comparatísticos. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 59, p. 72-97, 1990. Versão *online*.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 52. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019, v. III.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – Fundamentos e sistematização**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: execução**. 16. ed. reform. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. v.3.

WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.